

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudanças na Lei da Ficha Limpa: "um escárnio para a sociedade" 4

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo Lula calcula ajuste de cerca de R\$ 13 bi no Orçamento deste ano.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estudo aponta estoque de R\$ 80 bi da 'tese do século'.....9

O GLOBO - RJ - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Combustível rende mais que cocaína a crime organizado.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

'Gatilho' do arcabouço tem chance de vigorar já em 2027.....12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS atualiza lista de profissões que não podem ser MEI em 2025.....13

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

O 'vale-tudo' dos penduricalhos (Editorial).....15

O GLOBO - RJ - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

Republicano acua agências federais para acumular poder.....16

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

STF cobra atuação do governo Lula sobre áreas demarcadas enquanto Congresso articula
PEC que resgata marco temporal.....18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf precisa dar segurança a quem preserva meio ambiente (Artigo).....21

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarefa da Fazenda é cortar R\$ 35 bilhões (Artigo).....22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alta da inflação e tarifas de Trump pressionam o Fed.....24

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxas sobre metais de Trump espalham 'custo e caos' pelas fábricas dos EUA.....25

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os benefícios da Reforma Tributária e o novo IVA dual (Artigo).....28

Quinta-Feira, 13 de Fevereiro de 2025

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Prefeitos reclamam do imbróglio das emendas - BRASÍLIA - DF 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Sinais opostos para Selic 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Dominância fiscal ou dominância reputacional? (Artigo) 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pressionada por alimentação e gasolina, inflação nos EUA acelera em janeiro 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

No Brasil, Armínio pede que Galípolo convença o governo a cortar gastos 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O ponto da Fazenda na questão fiscal - ALVARO GRIBEL 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação seguirá 'desconfortável', diz Galípolo 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

TCU libera recursos do Pé-de-Meia após bloquear R\$ 6 bilhões 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

BC precisa de ajuda e solução passa por fiscal, diz Arminio 43

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Alckmin defende cotas, e governo já busca negociação nos EUA 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Insuficiente, pacote fiscal coloca meta em risco, aponta FGV Ibre 46

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Inflação nos EUA em janeiro se acelera e vai a 3% ao ano 50

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

Juro alto impõe desafio ao agro em 2025 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa tem queda firme e taxas longas sobem com CPI 54

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

'Risco é ter que subir juro além de 15% por causa do fiscal' 55

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Alcolumbre reforça 'pé em duas canoas' no seu retorno 57



Quinta-Feira, 13 de Fevereiro de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Reforma é o desempate entre Rui Costa e Haddad - MARIA CRISTINA FERNANDES 58

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
POLÍTICA

Foi dada a partida para a reforma ministerial: a reunião de Lula com Alcolumbre e Motta
..... 60

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA

Padilha é cobrado por parlamentares pela crise das emendas, mas silencia 61

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA

Com poder esvaziado, Padilha não negocia reforma e ouve indiretas, enquanto Lula recorre a
Motta e Alcolumbre
..... 62

Mudanças na Lei da Ficha Limpa: "um escárnio para a sociedade"

Maria Eduarda Lavocat

Nos últimos dias, a Lei da Ficha Limpa voltou ao centro dos debates após o deputado federal Bibo Nunes (PL-RS) apresentar um projeto de lei que busca reduzir de oito para dois anos o período de inelegibilidade de políticos condenados.

Aprovada em 2010, a lei impede a candidatura de políticos condenados por crimes graves, como corrupção e abuso de poder econômico, fortalecendo a integridade do processo eleitoral. Além de ampliar os casos de inelegibilidade previstos na legislação de 1990, a norma determina que condenações em órgãos colegiados sejam suficientes para barrar candidaturas.

Para aprofundar o impacto das possíveis mudanças nessa legislação, o Correio entrevistou o procurador do Ministério Público de São Paulo e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, Roberto Livianu.

Confira a entrevista.

Arquivo pessoal

Maria Eduarda Lavocat Como o senhor avalia as propostas de mudança na Lei da Ficha Limpa, reduzindo o tempo de inelegibilidade de oito anos para dois?

Uma catástrofe, um escárnio para a sociedade. A pena de inelegibilidade de oito anos representa o ponto central da Lei da Ficha Limpa. A ideia é tirar de circulação os maus políticos por esse tempo, a contar do trânsito em julgado da decisão condenatória. O período de oito anos corresponde a dois ciclos eleitorais.

As eleições ocorrem a cada quatro anos, e a lógica da lei é manter o indivíduo afastado do cenário político por duas eleições consecutivas, garantindo um impacto efetivo da punição. Por mais que o presidente da Câmara afirme que as eleições ocorrem a cada dois anos, com todo respeito, isso não faz o menor sentido. Ele realmente quer sugerir ao povo brasileiro que figuras como o presidente Lula, o ex-presidente Bolsonaro ou o próprio Arthur Lira se candidatariam a vereador?

Alguém acredita nisso? Essa ideia é absolutamente

risível. É fundamental manter a honestidade nos argumentos. A pretensão é esmagar a lei da ficha limpa, porque dois anos de inelegibilidade é um nada.

É como se estabelecesse para o crime de homicídio a pena de cesta básica. É uma pena inócua. Outra questão importante a ser destacada é que o ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado pela Justiça a oito anos de inelegibilidade por abuso de poder político. A Justiça Eleitoral cumpriu seu papel e aplicou a condenação. O que se observa agora é um movimento do Poder Legislativo tentando diminuir a autoridade do Poder Judiciário para tornar letra morta uma decisão embasada no ordenamento jurídico. Isso é muito grave, é uma afronta à Constituição Federal e a um dos princípios mais caros e mais fundamentais: a separação dos poderes.

Se isso for à frente, é possível questionar a constitucionalidade deste instrumento legislativo.

O senhor acredita que é casuísmo essa alteração na lei?

É claro que se trata de casuísmo. As leis devem ser elaboradas no interesse da sociedade. Os três poderes, especialmente o Executivo e o Legislativo, devem sempre pautar suas ações pelo princípio fundamental da prevalência do interesse público. No entanto, nessa iniciativa, é possível encontrar qualquer coisa, menos a defesa do interesse público. Estão legislando em causa própria, e isso em nada atende às necessidades da sociedade.

Há chance de o Congresso aprovar a medida?

A chance existe. Há não muito tempo, foi aprovada a maior anistia da história aos partidos políticos. Naquela ocasião, petistas e bolsonaristas se uniram em prol da impunidade, garantindo que violações e a não execução de ações afirmativas fossem anistiadas. Em outubro de 2021, vimos esse mesmo cenário se repetir.

Partidos opostos novamente se aliaram para enfraquecer a Lei de Improbidade Administrativa. Em apenas oito minutos, aprovaram a urgência da votação.

Quando a Lei 14.230/2021 foi sancionada, diversos

congressistas que respondiam a ações de improbidade votaram a favor do projeto que os beneficiava. Alguns tinham até 40 processos em andamento e simplesmente apertaram o botão para se livrar deles. Inclusive, o próprio presidente da Câmara, Arthur Lira, respondia a uma ação de improbidade.

O ex-presidente Jair Bolsonaro afirma que a Lei da Ficha Limpa só vale para a direita e citou o caso da ex-presidente Dilma Rousseff que sofreu o impeachment e manteve a elegibilidade. Como avalia essa questão?

Ao longo do tempo, políticos de diversas ideologias - direita, centro e esquerda - tiveram seus direitos políticos restritos, cassados ou foram punidos com base na Lei da Ficha Limpa. Esse fato demonstra que a aplicação da legislação não é exclusiva a um único grupo. Se for feita uma análise mais aprofundada, fica evidente que esse argumento é completamente insustentável.

Dizer que a lei está voltada para a direita, isso é inconsistente. Essa afirmação tem um caráter ignorante e infantil. Porque os elementos colocados na lei da ficha limpa são de natureza objetiva. Não existe isso de esquerda ou direita, se existe a condenação confirmada por um órgão colegiado, a pessoa sofre as consequências. E a proposta de que a pena de oito anos valha a partir da condenação e não do trânsito em julgado da ação? O senhor acha justa?

A questão sobre o momento em que a pena deve ser cumprida já foi amplamente analisada e reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal em diversas ocasiões.

Como mencionei, esse é o cerne da efetividade da Lei da Ficha Limpa. A inelegibilidade deve ser aplicada a partir do trânsito em julgado da condenação. Esse é o princípio essencial da Lei da Ficha Limpa, um mecanismo criado para garantir à sociedade um mínimo de depuração na política, impedindo a participação de candidatos condenados por corrupção e outros crimes graves. No entanto, há um movimento para enfraquecer essa filtragem, permitindo que indivíduos condenados permaneçam na cena política. O objetivo da lei é simples: retirar do processo eleitoral aqueles que já tiveram sua condenação confirmada, garantindo ao eleitor um mínimo de proteção em um país marcado por desigualdade educacional, concentração de renda e baixo desenvolvimento humano. Apesar de sua importância, a Lei da Ficha Limpa tem sido alvo constante de tentativas de sabotagem.

Nas eleições de 2014 para governos estaduais, por exemplo, essa prática ficou evidente em três estados: Mato Grosso, Roraima e Distrito Federal. Candidatos

notoriamente inelegíveis - José Riva, Neudo Campos e José Roberto Arruda - receberam indevidamente legenda de seus partidos, mesmo sabendo que suas candidaturas seriam barradas pelo Tribunal Superior Eleitoral. A estratégia era clara: levar suas campanhas adiante até poucos dias antes da eleição, garantindo visibilidade e apoio popular, para então serem substituídos por suas esposas. No Distrito Federal e em Mato Grosso, a manobra não teve sucesso, mas em Roraima, Suely Campos foi eleita governadora. Esse tipo de prática não é apenas um desrespeito à legislação vigente, mas um verdadeiro engodo ao eleitor. Vale lembrar que a Lei da Ficha Limpa é uma das poucas normas em vigor no país oriundas de um projeto de iniciativa popular, fruto de um esforço coletivo que levou 14 anos para reunir as assinaturas necessárias. O desrespeito a essa lei é, portanto, o desrespeito à vontade da sociedade.

Há algo a mudar na Lei da Ficha Limpa? Alguma melhoria?

Olha, eu acredito que as leis, em tese, sempre podem ser aperfeiçoadas. Mas não estamos falando de uma legislação em vigor há 40 anos. Trata-se de uma lei recente, que não apresenta sinais de obsolescência que justifiquem uma revisão urgente. Não é como o Código de Processo Penal, de 1940, que, por sua antiguidade, demanda atualizações. Essa lei está em vigor há apenas 15 anos, ou seja, ainda é relativamente nova e não se deteriorou com o tempo. O problema não está na lei em si, mas em uma tentativa oportunista e desajeitada de alterá-la, contrariando o interesse público para favorecer interesses obscuros, que vão na contramão do que realmente importa para a sociedade.

O Brasil passa por uma fase de retrocesso no combate à corrupção atualmente?

Sim, e isso não é de hoje. Houve uma evolução significativa no combate à corrupção ao longo dos anos: tivemos a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei de Acesso à Informação, a Lei das Estatais e a Lei da Delação Premiada - todas fundamentais para a transparência e a responsabilização.

No entanto, o que temos visto recentemente é um retrocesso. Governo e oposição estão alinhados para enfraquecer o combate à corrupção, e isso é evidente. Basta analisar as decisões do Congresso nos últimos anos: que regra foi aprovada para fortalecer o enfrentamento à corrupção? Nenhuma.

A Lei 14.230/2021, por exemplo, representa um verdadeiro retrocesso.

Poucos meses antes de sua aprovação, o então líder

do governo Bolsonaro, deputado Ricardo Barros, chegou a declarar à imprensa que o nepotismo seria um "modelo virtuoso de gestão". E, de fato, essa lei quase legalizou o nepotismo, permitindo sua prática de forma oficial. Isso demonstra claramente o rumo que está sendo tomado.

Na Operação Lava- Jato, vimos políticos condenados e presos por corrupção. Onde houve falhas?

A Operação Lava Jato, em seu início, teve um aspecto positivo, especialmente na colaboração entre o Ministério Público, a **Receita Federal** e a Polícia Federal. No entanto, a proximidade excessiva entre o Ministério Público e o magistrado Sergio Moro gerou questionamentos legítimos. Os diálogos divulgados trouxeram dúvidas sobre a imparcialidade do processo.

Embora não seja possível afirmar com absoluta certeza a autenticidade e a integralidade dessas conversas, o fato é que elas existiram, e isso, por si só, já representa um motivo de preocupação.

Além disso, a relação próxima entre Moro e o Ministério Público, somada à sua posterior nomeação para o governo - cujo governante foi diretamente beneficiado pela decisão que tornou Lula inelegível -, teve um impacto extremamente negativo no combate à corrupção. Essa escolha comprometeu a credibilidade do processo, levantando dúvidas sobre a imparcialidade da Justiça e enfraquecendo os esforços no combate à corrupção. Foi um grande retrocesso para a história da Lava-Jato, que abalou a confiança na operação e colocou em risco boa parte do que havia sido construído até então.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/02/13/all.pdf>

Governo Lula calcula ajuste de cerca de R\$ 13 bi no Orçamento deste ano

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva calcula que será preciso acomodar cerca de R\$ 13 bilhões no projeto de lei orçamentária (PLOA) de 2025. Esse é o saldo que o Executivo trabalha entre as pressões do lado das despesas, o espaço aberto pelo pacote de contenção de gastos e pelos indicadores econômicos. Isso teria de ser equacionado com o corte de despesas discricionárias (não obrigatórias, como investimentos e custeio da máquina pública).

Esse valor, porém, não considera nenhum ajuste para colocar o Pé-de-Meia para dentro do Orçamento de 2025. Nesta quarta-feira, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) deu 120 dias para que o governo envie ao Congresso um projeto para adequar o gasto com o programa às leis orçamentárias - hoje ele é pago por meio de fundos fora dos limites de gastos do arcabouço fiscal.

Incluir o Pé-de-Meia no Orçamento de 2025 poderá ser feito com ajustes na proposta orçamentária em tramitação no Congresso ou o envio de um novo projeto de lei ao longo do ano. Não há um número oficial de impacto, mas ele é estimado em R\$ 10 bilhões, que teriam de ser cortados de outras despesas.

Mas, até o Congresso votar o tema, o programa poderá continuar a ser pago com recursos provenientes de dois fundos. Na prática, a depender do momento em que o assunto passar pelo crivo dos parlamentares, o impacto no orçamento deste ano pode ser menor do que R\$ 10 bilhões.

À parte o Pé-de-Meia, o governo já tem claro que terá de incluir R\$ 3 bilhões relativos ao Auxílio-Gás na proposta orçamentária de 2025. Na época do envio do PLOA, em agosto, a ideia era de que o custo do benefício fosse pago fora do orçamento, por meio de repasses diretos à Caixa, operadora do programa, de receitas do pré-sal que o governo abriria mão. Por isso, só foram previstos R\$ 600 milhões no PLOA, que agora serão complementados em R\$ 3 bilhões.

Será preciso ainda atualizar o gasto com despesas obrigatórias indexadas ao salário mínimo, como benefícios previdenciários, abono salarial, seguro desemprego e Benefício de Prestação Continuada. O PLOA foi enviado originalmente com uma previsão de mínimo de R\$ 1.509 em 2025, mas o valor final ficou

em R\$ 1.518, após as mudanças promovidas no pacote de contenção de gastos e o resultado do INPC até novembro.

Outro ajuste necessário diz respeito às emendas parlamentares. O entendimento de interlocutores do Palácio do Planalto é de que será necessário acomodar R\$ 4,2 bilhões das verbas parlamentares que não foram pagas no ano passado devido às decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino. Além disso, a lei que alterou as regras de pagamento das emendas estabeleceu um montante de cerca de R\$ 11 bilhões em emendas de comissão para 2025. No PLOA, só havia a previsão de R\$ 39 bilhões para emendas impositivas (individuais e de bancada).

Por outro lado, é preciso também atualizar as contas com os espaços abertos pelo pacote de contenção de gastos e pelos indicadores econômicos, como câmbio e **inflação**. De cara, o resultado final da **inflação** (IPCA) abre um espaço extra de R\$ 12,4 bilhões no limite de despesas do arcabouço fiscal.

Além disso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo calcula uma economia de cerca de R\$ 30 bilhões este ano, decorrente das medidas do pacote de contenção de gastos aprovado no fim do ano passado. As principais contribuições devem vir das mudanças relativas ao Fundeb e na Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Desse valor, Haddad tem dito que cerca de R\$ 15 bilhões seriam usados para realocar as despesas no orçamento e o restante sobraria para acomodar pressões ao longo do ano. Já há ciência que provavelmente será necessário um contingenciamento ou bloqueio de recursos nas primeiras avaliações bimestrais do orçamento.

O acerto da Fazenda com o Planalto é não trabalhar com gordura para cumprir a meta fiscal deste ano, de resultado zero. No ano passado, o déficit primário para fins de contabilidade da meta foi de R\$ 11 bilhões. Ou seja, a determinação agora é mirar o centro da meta. Qualquer pressão de despesa ou frustração de receita ao longo do ano será equacionada instantaneamente com congelamento de recursos. Uma preocupação, por exemplo, é com os efeitos das políticas tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Nas contas do economista Ítalo Franca, do Santander, o ajuste que o governo teria de fazer no PLOA seria de R\$ 16,9 bilhões. Seus cálculos consideram a inclusão do Auxílio Gás (R\$ 2,8 bilhões) e do Pé-de-Meia (R\$ 10 bilhões) no Orçamento, além de R\$ 34,5 bilhões em pressões na previdência, BPC, seguro-desemprego, Plano Safra, entre outros.

Com base no gasto final com o **INSS** em 2024, Franca considera que as despesas no PLOA estão subestimadas em R\$ 25 bilhões. Por outro lado, o economista conta com o espaço de R\$ 12,4 bilhões no limite de gastos e com R\$ 18 bilhões em economia do pacote de corte de gastos.

- Provavelmente, o Pé-de-Meia vai ter que continuar fora. Vai ter alguma redução de discricionárias ou de outras despesas e há o risco de a previdência não ser inteiramente coberta. Mas o governo também trabalha com uma economia maior com o pacote de corte de gastos, de R\$ 30 bilhões - disse Ítalo Franca.

- O ideal seria o governo colocar os R\$ 30 bilhões, corrigir a parte da previdência e fazer um bloqueio de R\$ 10 a R\$ 15 bilhões, para acomodar eventuais subestimativas ou qualquer pressão adicional - completou.

Para Franca, o governo terá receitas suficientes para abrir o crédito extra de R\$ 12,4 bilhões no limite de gastos sem prejudicar a meta de primário. Ainda que algumas previsões iniciais de arrecadação tenham sido frustradas, o economista afirma que o resultado maior de 2024 deve ajudar, assim como a nova previsão de **inflação** e a distribuição de dividendos maiores.

No envio do PLOA, o governo previa cerca de R\$ 168 bilhões em receitas extras. Nesse montante, estava previsto uma arrecadação da ordem de R\$ 18 bilhões com o aumento das alíquotas de CSLL e a tributação da distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), Medidas que não foram votadas pelo Congresso.

Além disso, o governo contava com R\$ 28,5 bilhões dos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e R\$ 30 bilhões com transações tributárias, duas iniciativas que frustraram em 2024. O Santander espera que seja possível arrecadar R\$ 3 bilhões com **Carf** e R\$ 20 bilhões com transações tributárias este ano.

- Nos parece mais equilibrado, mas com riscos para o segundo semestre, se atividade desacelerar mais - diz ele, que afirma que o governo tem chances de cumprir a meta de primário este ano.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/02/13/governo-lula-calcula-ajuste-de-cerca-de-r-13-bi-no-orcamento-deste-ano.ghtml>

Estudo aponta estoque de R\$ 80 bi da 'tese do século'

O estoque de compensações tributárias referentes à "tese do século" está em aproximadamente R\$ 80 bilhões, de acordo com estudo divulgado ontem pelo BTG Pactual. A projeção está em linha com a estimativa do Ministério da Fazenda.

"Com um cenário bastante desafiador para a estabilização da dívida pública, uma possível fonte de incremento de receita voltou a ser debatida: o fim das compensações da tese do século", escreve o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, no estudo.

A "tese do século" foi aplicada em 2017, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não poderia fazer parte da base de cálculo do PIS e da Cofins. A decisão gerou, em valores da época, um passivo para o governo federal de aproximadamente R\$ 400 bilhões, que desde então vêm sendo compensado por empresas. A **Receita Federal** projeta que o saldo remanescente do passivo, atualmente em R\$ 80 bilhões, terminará este ano ou em 2026.

O estudo do BTG considera algumas premissas, como: alíquota média de 7,9% sobre a arrecadação de ICMS no período de março de 2017 a maio de 2021, "considerando que as alíquotas de PIS/Co-fins variam conforme o regime de tributação do lucro"; atualização do valor dos créditos tributários pela taxa Selic acumulada no período; 90% dos créditos tributários oriundos de decisões judiciais e compensados no período derivam da "tese do século".

Mas Serrano destaca que a Medida Provisória (MP) nº 1202/23, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional, "limitou as compensações tributárias para créditos oriundos de decisões judiciais".

Isso, de acordo com ele, reduziu o limite anual de compensações ligados à tese de R\$ 80 bilhões para R\$ 40 bilhões. Por isso, o economista calcula que o estoque se encerrará no fim do primeiro trimestre de 2027, período a partir do qual haveria impacto positivo sobre o resultado primário do governo federal.

O economista do BTG Pactual afirma ainda que justamente por causa das limitações estabelecidas pela MP 1202/23 "parte do ganho gerado pelo fim desse estoque já foi incorporado à arrecadação federal".

"Assim, o ganho para a União gerado a partir da exaustão desses créditos está mais próxima de R\$ 40 bilhões do que dos R\$ 80 bilhões estimados anteriormente", disse.

Já o Ministério da Fazenda, conforme estudo divulgado pela Secretaria de Política Econômica em janeiro, calcula que o fim dessas compensações melhorará em aproximadamente 1 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) o resultado fiscal estrutural (RFE) do setor público consolidado.

O RFE é uma medida que exclui eventos fiscais não recorrentes do cálculo do resultado primário do setor público consolidado. Entre esses eventos, estão como arrecadações e despesas extraordinárias. A medida também retira do cálculo o efeito cíclico "derivado do nível de atividade econômica, das flutuações do preço internacional do barril de petróleo e do minério de ferro".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188116?page=2§ion=4>

Combustível rende mais que cocaína a crime organizado

Associado ao tráfico de drogas, o crime organizado no Brasil passou a lucrar mais com atividades comerciais praticadas de forma ilegal, golpes pela internet e furto de celulares, segundo um relatório divulgado ontem pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O estudo informa que a receita estimada com o comércio paralelo de combustíveis, ouro, cigarro e bebidas em 2022 foi de R\$ 147 bilhões, enquanto que a venda de cocaína teria gerado R\$ 15 bilhões. Os crimes virtuais e os furtos de telefones alcançaram uma cifra até maior de julho de 2023 a julho do ano passado: R\$ 186 bilhões, de acordo com os cálculos do fórum.

Entre os quatro mercados explorados por organizações criminosas, o setor de combustíveis e lubrificantes está à frente, com um total estimado de R\$ 61,5 bilhões - 41,8% da receita deste grupo de atividades. O de bebidas aparece em seguida, com uma receita de R\$ 56,9 bilhões. Na sequência, estão os mercados de extração e produção de ouro, com R\$ 18,2 bilhões, e de tabaco e cigarros, com R\$ 10,3 bilhões.

-A alta circulação e a demanda destes setores, atrelado ao baixo controle estatal e de circulação, explica o interesse das facções em atuar neles. Mas os mercados de drogas e armas continuam sendo atividades centrais para o crime organizado - ressalva Nívio Nascimento, assessor de relações internacionais do FBSP.

Segundo o pesquisador, o interesse dos criminosos nos quatro mercados se explica pelas penas mais brandas pelo envolvimento nestes crimes, na comparação com o tráfico de drogas. Este cenário propicia a atuação das facções nestes setores de "alta rentabilidade", avaliou.

"Apesar de avanços, o setor de combustíveis carece de um sistema nacional integrado de rastreamento,

dificultando o combate à ilegalidade. Práticas como adulteração, contrabando, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro são amplamente utilizadas por organizações criminosas, exigindo uma resposta integrada do Estado e do setor produtivo para enfrentar os amplos impactos econômicos, sociais e ambientais dessas atividades ilícitas", aponta o relatório do Fórum de Segurança.

A entidade afirma que cerca de 38% da produção nacional de ouro entre 2015 e 2020 têm indícios de ilegalidade, com a movimentação de R\$ 40 bilhões e um forte impacto na Amazônia. Em relação aos combustíveis, a comercialização ilegal de 13 bilhões de litros anuais resulta em perdas fiscais de R\$ 23 bilhões, estima o FBSP.

O relatório acrescenta que o mercado ilegal de tabaco no Brasil representa 40% do consumo nacional, significando R\$ 94,4 bilhões em perdas de receita com **impostos** nos últimos 11 anos. No caso da falsificação e do contrabando de bebidas, as perdas tributárias foram de R\$ 72 bilhões somente em 2022, segundo o Fórum de Segurança Pública.

Em relação aos crimes virtuais e furtos de celulares, os pesquisadores avaliam que o avanço das facções é um exemplo da capacidade de adaptação do crime às evoluções tecnológicas. "A alta taxa de furtos de celulares facilita essas mudanças, uma vez que os equipamentos eletrônicos, e os celulares em especial, se tornaram portões de entrada para crimes digitais", diz o documento do FBSP.

ECOSSISTEMA ILEGAL

O relatório destaca como as atividades ilícitas se entrelaçam e "formam um ecossistema que ultrapassa o narcotráfico e contrabando tradicionais". Os grupos criminosos exploram brechas institucionais e regulatórias para lavar dinheiro e ocultar ganhos de fontes como o tráfico e extorsões, diz a entidade.

Os pesquisadores afirmam que a falta de integração de dados e de informações sobre produção, rastreamento, tributação e segurança entre órgãos como **Receita Federal**, Polícia Federal e agências reguladoras prejudica o enfrentamento ao crime organizado. Para combater o crescimento destes mercados clandestinos, o Fórum aponta a necessidade de incorporação de dados sobre controle de produção e rastreamento às iniciativas de inteligência financeira, como as conduzidas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

O objetivo da proposta da entidade é fortalecer a capacidade do Estado e dos órgãos de segurança de mapear fluxos financeiros ilícitos e redes de comércio

ilegal de produtos.

- É necessário complementar a dinâmica de atuação das forças de segurança para frear estas potencialidades de novas fronteiras do crime organizado. Para além de monitorar o dinheiro, é preciso complementar a estratégia aumentando o nível de controle e rastreamento de produtos -aponta Eduardo Pazinato, coordenador do estudo.

MERCADOS REGULADOS

O estudo ressalta que as organizações criminosas têm concentrado suas operações não apenas em mercadorias ilegais, mas também em mercados regulados. Entre os exemplos citados estão as investigações que revelaram conexão de empresas de transporte público de São Paulo com o Primeiro Comando da Capital (PCC). " Com um faturamento anual estimado em R\$ 6,7 bilhões, o PCC estaria explorando o sistema de transporte público para legitimar seus ganhos ilegais", diz o FBSP.

O relatório sugere a promoção de campanhas de conscientização, envolvendo tanto a sociedade civil quanto profissionais de setores estratégicos, para o enfrentamento do crime organizado.

"Ao educar a população sobre os impactos negativos desses mercados ilícitos e promover práticas como o "conheça seu cliente", é possível incentivar comportamentos que minimizam o risco de envolvimento em atividades ilegais", recomenda o Fórum de Segurança. "Esse engajamento colaborativo fortalece a cultura de responsabilidade, conformidade e integridade".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

'Gatilho' do arcabouço tem chance de vigorar já em 2027

Marta Watanabe De São Paulo

Além de medidas para conter despesas e melhorar a gestão orçamentária, o pacote do governo federal também trouxe ajustes no novo arcabouço fiscal. Entre eles, foi criado um gatilho com "chance real" de ser acionado em 2027, avalia Manoel Pires, pesquisador do FGV Ibre.

Diferentemente de instrumentos anteriores, muito difíceis de serem acionados, o pacote, diz, trouxe situações objetivas para aplicação de gatilhos. Em uma delas, destaca, o gatilho é acionado se houver déficit primário. "E o déficit primário não pode ser alterado, porque é apurado pelo Banco Central, conforme estabelece a lei. Então, esse gatilho é fácil de ser aplicado e difícil de ser contornado."

Um déficit primário em 2025, explica, aciona o gatilho para 2027. Como a meta para 2025 é resultado zero e há banda de tolerância de 0,25 ponto percentual, um déficit primário para cumprimento da meta poderia chegar a 0,25% do **PIB**. Para Pires, mesmo com cumprimento da meta, porém, o gatilho poderá ser acionado. "Essa não é uma realidade distante, Existe uma chance real desse gatilho ser acionado em 2027. Eu diria que o status quo hoje é esse."

Usando a banda de tolerância inferior da meta, diz Pires, o cenário-base do governo seria um déficit primário ao redor de R\$ 70 bilhões em 2025. Seriam R\$ 30 bilhões da banda, no caso de haver alguma frustração de receita e outros R\$ 44 bilhões de precatórios, que ficam fora da conta da meta. O déficit, observa, poderia chegar a R\$ 100 bilhões ou R\$ 110 bilhões se houver frustração maior das medidas e se o **PIB** eventualmente desacelerar um pouco mais.

Os gatilhos, explica Pires, limitam a despesa de pessoal, que só poderá crescer 0,6% acima da **inflação**, além de restringir a criação de novos gastos tributários.

Para Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, a possibilidade de o gatilho ser acionado em 2027 é um ponto positivo do pacote, porque o governo novo entraria no primeiro ano com um instrumento que permite conter gastos "na largada".

Ainda dentro das medidas de aprimoramento do novo arcabouço fiscal, aponta Pires, foi estabelecido que novos gastos sociais devem ter crescimento limitado à taxa de aumento de despesas aplicada no arcabouço. "Hoje temos problemas com alguns gastos que crescem acima desse limite, como **Previdência Social** e mínimo constitucional de saúde."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188116?page=1§ion=1>

INSS atualiza lista de profissões que não podem ser MEI em 2025

Aline Gouveia +

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) atualizou, na quarta-feira (12/2), a lista de profissões que não fazem parte do Microempreendedor Individual (2025). Ao todo, 13 ocupações foram excluídas.

O **INSS** também destacou que as atividades regulamentadas, como advocacia, medicina, engenharia e psicologia, já eram proibidas no MEI por causa da necessidade de registro em conselhos profissionais.

O MEI foi criado para incentivar a formalização de pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos, oferecendo um regime tributário simplificado e benefícios como cobertura previdenciária. O programa destina-se a trabalhadores autônomos, pequenos comerciantes e prestadores de serviços que não possuem sócios e cujo faturamento anual não ultrapasse o limite estabelecido pela legislação (R\$ 81 mil).

O novo calendário de pagamentos de microempreendedores individuais (MEIs) e autônomos já está em vigor. A partir dos dias 17 e 20 deste mês autônomos e MEIs, respectivamente, começarão a pagar um novo valor ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O reajuste é calculado com base no salário-mínimo (R\$ 1.518). Apesar do novo piso nacional ter entrado em vigor em 1º de janeiro, o primeiro boleto a considerar o valor de contribuição vence em fevereiro. O recolhimento de MEIs e autônomos é sempre com relação ao mês anterior.

A contribuição é obrigatória para profissionais que trabalham por conta própria ou prestam serviços a empresas e por empreendedores e dá o acesso a benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

O pagamento deve ser feito pelo autônomo na rede bancária ou lotéricas até o dia 15 do mês seguinte ao da contribuição por meio da Guia da **Previdência Social** (GPS), que está disponível para emissão no

aplicativo e site Meu **INSS**. Se o dia 15 for em feriado ou fim de semana, o pagamento pode ser feito no primeiro dia útil seguinte. Neste mês, a guia pode ser paga até segunda-feira (17/2). Os códigos de recolhimento podem ser consultados no site do **INSS**.

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) atualizou, na quarta-feira (12/2), a lista de profissões que não fazem parte do Microempreendedor Individual (2025). Ao todo, 13 ocupações foram excluídas.

O **INSS** também destacou que as atividades regulamentadas, como advocacia, medicina, engenharia e psicologia, já eram proibidas no MEI por causa da necessidade de registro em conselhos profissionais.

O MEI foi criado para incentivar a formalização de pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos, oferecendo um regime tributário simplificado e benefícios como cobertura previdenciária. O programa destina-se a trabalhadores autônomos, pequenos comerciantes e prestadores de serviços que não possuem sócios e cujo faturamento anual não ultrapasse o limite estabelecido pela legislação (R\$ 81 mil).

O novo calendário de pagamentos de microempreendedores individuais (MEIs) e autônomos já está em vigor. A partir dos dias 17 e 20 deste mês autônomos e MEIs, respectivamente, começarão a pagar um novo valor ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O reajuste é calculado com base no salário-mínimo (R\$ 1.518). Apesar do novo piso nacional ter entrado em vigor em 1º de janeiro, o primeiro boleto a considerar o valor de contribuição vence em fevereiro. O recolhimento de MEIs e autônomos é sempre com relação ao mês anterior.

A contribuição é obrigatória para profissionais que trabalham por conta própria ou prestam serviços a empresas e por empreendedores e dá o acesso a benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

O pagamento deve ser feito pelo autônomo na rede bancária ou lotéricas até o dia 15 do mês seguinte ao da contribuição por meio da Guia da **Previdência Social** (GPS), que está disponível para emissão no aplicativo e site Meu **INSS**. Se o dia 15 for em feriado ou fim de semana, o pagamento pode ser feito no primeiro dia útil seguinte. Neste mês, a guia pode ser paga até segunda-feira (17/2). Os códigos de recolhimento podem ser consultados no site do **INSS** .

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/02/7059675-inss-atualiza-lista-de-profissoes-que-nao-podem-ser-me-em-2025.html>

O 'vale-tudo' dos penduricalhos (Editorial)

Ao barrar o pagamento retroativo de um penduricalho a um juiz federal de Minas Gerais, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), teceu duras críticas à profusão de benefícios autoconcedidos pelo Judiciário. Em uma decisão de apenas cinco páginas, Dino afirmou que há um "inaceitável 'vale-tudo'" na criação de auxílios que culminam nos chamados supersalários, violações grosseiras do teto constitucional para remuneração dos **servidores públicos**.

No caso concreto, o juiz pleiteava receber desde 2007 um auxílio-alimentação criado em 2011. O magistrado fora atendido em instâncias inferiores, mas, ao julgar um recurso da União, Dino disse que não cabe ao Judiciário conceder auxílios, além de emitir considerações que, a bem da moralidade pública, deveriam sensibilizar seus colegas de toga.

Esse penduricalho nasceu de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), editada para espelhar auxílios do Ministério Público (MP) à magistratura.

Justifica essa medida uma tal simetria entre as carreiras, segundo a qual juízes e membros do MP têm direito aos mesmos benefícios.

Ocorre que, com base nesse argumento, passou-se a irrigar os contracheques de juízes com os mais diversos tipos de pagamento. E, para Dino, não são razoáveis as "infinitas demandas por 'isonomia'" entre as carreiras jurídicas que, na prática, impedem a "organização, congruência e previsibilidade no sistema de remuneração".

Tantos são os penduricalhos criados, e não raro de forma opaca, que a sociedade é sempre surpreendida com essas benesses. Chamadas de indenizações, elas burlam o Imposto de Renda e o teto constitucional, hoje de R\$ 46,4 mil, o salário de um ministro do STF.

Essa falta de transparência não passou despercebida pelo ministro.

Segundo Dino, "hoje é rigorosamente impossível alguém identificar qual o teto efetivamente observado, quais parcelas são pagas e se realmente são indenizatórias, tal é a multiplicidade de pagamentos, com as mais variadas razões enunciadas (isonomia, 'acervo', compensações, 'venda' de benefícios)". De uns tempos para cá, proliferaram, por exemplo,

penduricalhos para compensar juízes por um alegado excesso de trabalho com a concessão de folgas que podem ser convertidas em dinheiro.

Como este jornal revelou, há ainda a "dezembrada", quando, em fim de ano, os cofres do Judiciário são abertos para bancar toda sorte de privilégios incompatíveis com a própria ideia de República.

Não à toa, Dino citou um "auxílio-alimentação natalino" como sinônimo do "vale-tudo". Impossível não lembrar o "vale-peru" de até R\$ 10 mil pago aos servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), a título da "cobertura das necessidades nutricionais diárias da pessoa humana, com dignidade".

Dino destacou ainda que o Judiciário não pode driblar o Legislativo no que concerne à autoconcessão de benefícios, pois seguir a Constituição e as leis é uma "orientação fundamental para evitar abusos, como rotineiramente tem sido noticiado acerca de pagamentos denominados de 'supersalários'".

Quando um ministro do STF chega à conclusão de que há tanta coisa fora do lugar, passou da hora de o País discutir seriamente o fim desses penduricalhos.

Não se trata, como disse há poucos dias o ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, de críticas "injustas" ou "fruto da incompreensão do trabalho dos juízes", até porque Dino conhece bem a magistratura. Antes de enveredar pela política e de chegar ao STF, Dino foi juiz federal e presidiu a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Ainda não é possível dizer se Dino é uma voz isolada no STF, se catalisou um movimento de indignação na Corte ou se está alinhado com o governo Lula da Silva, que chegou a propor limites aos supersalários, o que levou à reação imediata e refratária no Judiciário. O que se pode afirmar é que, num movimento raro, um integrante da mais alta Corte do País manifestou desconforto com o que grande parcela de seus colegas de toga parece não se incomodar há tempos. E só isso basta para que os recados dados por Dino nos autos recebam a atenção de seus pares.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Republicano acua agências federais para acumular poder

O presidente dos EUA, Donald Trump, avança rapidamente em sua guerra declarada à burocracia federal, desafiando normas e forçando o limite da lei. O republicano assinou um novo decreto na terça-feira, ampliando os poderes do Departamento de Eficiência Governamental (Do-ge), entregue ao bilionário Elon Musk, no qual condiciona novas contratações por agências federais a consultas a indicados da força-tarefa que trabalharão diretamente com cada um desses setores da administração.

De acordo com um levantamento realizado pelo New York Times, mais de 9 mil funcionários da administração federal já foram afetados por cortes anunciados pelo governo, a grande maioria ligada a desmantelamentos de agências federais, que a Casa Branca pretende fechar ou reduzir ao mínimo por meio de incorporação a outros departamentos do Poder Executivo.

Os principais alvos de Trump, de acordo com a publicação, foram trabalhadores humanitários no estrangeiro - apenas na Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (Usaid, na sigla em inglês), cerca de 7 mil foram afastados ou demitidos - funcionários ligados às investigações sobre a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021 e trabalhadores de diversidade, equidade e inclusão - o presidente baniu o conceito de gênero do governo federal.

MUSK É PONTA DE LANÇA

Dentro do esforço de Trump para diminuir a administração pública, Musk tem sido a ponta de lança. Ele recebeu poderes do presidente para se inserir em dezenas de agências, com acesso, por exemplo, ao sistema de pagamentos do Tesouro para ras-trear gastos e funcionários que pudessem ser cortados. A atribuição provocou uma série de questionamentos sobre possíveis conflitos de interesses, porque tanto o bilionário quanto alguns de seus indicados, com carreiras no Vale do Silício, têm acesso a dados privados, incluindo ordens de pagamento de órgãos governamentais a seus concorrentes.

Na terça-feira, quando falou pela primeira vez com a imprensa em uma entrevista coletiva desde que assumiu o Doge, Musk afirmou que os EUA "iriam à falência" sem cortes, citando um déficit orçamentário

de mais de US\$ 1,8 trilhão (R\$ 10,4 trilhões) no último ano fiscal.

O homem mais rico do mundo não é o único nomeado por Trump com o objetivo de enxugar os gastos da administração pública - o que muitos dizem que terá como efeito colateral a concentração de poderes e competências na Casa Branca, sem a possibilidade de interferência por parte de funcionários públicos em pautas políticas. O Senado, dominado por republicanos fiéis a Trump, aprovou na semana passada a indicação de Russel Vought, um dos arquitetos do plano conservador conhecido como Projeto 2025, a diretor do Escritório de Administração e Orçamento (OMB, na sigla em inglês) da Casa Branca.

Menos de dois dias após a sua aprovação pelo Senado, Vought foi designado por Trump para assumir interinamente a Agência de Proteção Financeira ao Consumidor (CFPB, na sigla em inglês), criada pelo Congresso após a crise financeira de 2008 para fiscalizar diversas atividades, incluindo hipotecas, cartões de crédito e cobrança de dívidas. A agência afirma ter economizado mais de US\$ 21 bilhões aos consumidores, com a maior parte desse dinheiro vindo de medidas repressivas contra empresas. Republicanos, por sua vez, acusam-na de excesso de autoridade.

AÇÕES NA JUSTIÇA

Na segunda-feira, o diretor interino enviou um e-mail aos funcionários do CFPB para que não fossem à sede da agência, em Washington, pois ela estaria fechada. Vought também concedeu acesso ao Doge aos sistemas da agência, que incluem informações pessoais dos funcionários. Páginas virtuais do CFPB foram excluídas ainda na semana passada, quando Musk chegou a tuitar "RIP CFPB", referindo-se à sigla americana para a expressão "descanse em paz".

O Sindicato dos Funcionários do Tesouro Nacional, que representa os trabalhadores do CFPB, entrou com duas ações judiciais contra Vought, acusando-o de tentar fechar a agência - alegando que seria uma tentativa ilegal de frustrar uma decisão do Congresso - e por ceder ao Doge acesso às informações pessoais dos funcionários.

Os tribunais interromperam temporariamente alguns dos esforços da administração, mas outras demissões são esperadas em todo o governo nas próximas semanas.

Com NYT e AFP

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

STF cobra atuação do governo Lula sobre áreas demarcadas enquanto Congresso articula PEC que resgata marco temporal

O governo federal vem sendo pressionado em duas frentes para alterar a sua atuação na demarcação de terras indígenas, bandeira de Luiz Inácio Lula da Silva desde a campanha eleitoral de 2022. No Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes cobrou o Executivo para que apresente até o fim da semana uma proposta de como pretende indenizar proprietários que perderam o direito de morar em locais destinados a povos originários. Já o Congresso se organiza, com forte mobilização da bancada ruralista, para tentar emplacar uma nova legislação que trata do marco temporal, o que contraria o Palácio do Planalto e o próprio Judiciário.

Gilmar Mendes, decano da Corte, também é o relator de ações que questionam a lei do marco temporal. A tese já foi considerada inconstitucional, mas voltou a ser apreciada pelo STF após o Legislativo aprovar um projeto sobre o tema. Segundo o texto, a demarcação só poderia ocorrer se o território estivesse ocupado pelos indígenas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Processo de conciliação

Desde o ano passado, o Supremo tem realizado audiências de conciliação para tentar um acordo sobre o tema. De um lado, indígenas pedem a derrubada da lei, que na visão deles coloca em risco os territórios demarcados. Do outro, proprietários de terras querem se manter nos locais que já não eram ocupados após 1988.

Os participantes das audiências apresentaram suas sugestões na segunda-feira e o ministro deve elaborar um documento até o fim da semana reunindo pontos de consenso e divergências. A ideia é que já na próxima semana os interessados se reúnam para buscar um acordo e debater eventuais ajustes textuais na proposta final de alteração legislativa.

Um dos pontos que devem constar nesse documento, porém, é uma proposta sobre a previsão de pagamento de indenização prévia a proprietários de terrenos em locais ocupados tradicionalmente por indígenas. Esse ponto já havia sido previsto na decisão do STF que invalidou a tese do marco

temporal em setembro de 2023, mas ainda não foi contemplado na sugestão apresentada pelo governo.

Por isso, na audiência realizada segunda-feira, o juiz auxiliar do gabinete de Gilmar Mendes, Diego Veras, pediu à União a apresentação da proposta quanto à indenização.

- O prazo é exíguo. Se a proposta não vier até sexta-feira (amanhã), não temos condição de submetê-la à votação na mesa na próxima segunda-feira. O ministro Gilmar Mendes reforçou a preocupação quanto ao tempo para o governo dispor sobre a questão indenizatória - afirmou o juiz auxiliar do ministro.

O imbróglio existe porque proprietários de áreas rurais pedem a indenização sobre o valor da terra nua e sobre benfeitorias realizadas nas terras. Além disso, querem que o pagamento seja precedente à desocupação da área demarcada.

A proposta que deverá ser apresentada ao Supremo até amanhã vem sendo elaborada de maneira unificada pela Advocacia-Geral da União (AGU), pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Uma reunião extraordinária em 18 de fevereiro foi reservada para um esforço concentrado entre os participantes para avançar nos debates. Caso não haja consenso entre as partes que integram a comissão, um texto-base será proposto pelo gabinete do ministro relator.

Apesar dos acenos entre Lula e o novo comando do Congresso, os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), sinalizaram apoio a debates relacionados ao tema.

A ideia dos parlamentares é alterar a Constituição para resgatar a tese do marco temporal, considerada inconstitucional após aprovação de um projeto de lei. Com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a ideia é tentar emparedar os demais Poderes.

No Legislativo, a expectativa dos ruralistas é que

temas sugeridos pela bancada avancem, principalmente no Senado, onde se concentra atualmente a maior parte das tramitações consideradas prioritárias pela bancada, como o próprio marco temporal e o licenciamento ambiental.

- O pau e o machado: é direito deles tentar e é dever nosso manter (o marco) - diz o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP).

Deputados e senadores esperam mais empenho de Alcolumbre do que do ex-presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já que o atual dirigente ganhou o apoio formal da bancada e é mais ligado ao setor do que seu antecessor.

Além disso, Alcolumbre já deu sinais de sua inclinação à pauta ruralista, antes mesmo de se eleger. No fim do ano passado, ele reacendeu o debate sobre a demarcação de terras indígenas, ao dizer que se sentia "enganado" pelo governo que, por meio de decretos, demarcou terras indígenas no começo do mês, em Santa Catarina, enquanto representantes dos três Poderes conduziam um acordo sobre a questão em uma mesa de negociações.

O movimento deu força à bancada para voltar a se movimentar também com a PEC do marco temporal, de autoria do senador Hiran (PP-RR). O texto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e já tem relatório favorável de Esperidião Amin (PP-SC).

- Queremos colocar um ponto final nessa questão - afirmou o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA).

Prioridades da bancada

Outro projeto que a bancada ruralista pretende avançar sob nova gestão é a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, criticado por ambientalistas, com resistência em setores do governo, e relatado pela senadora Tereza Cristina (PP-MS), vice da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Também está no radar o projeto que trata sobre regularização fundiária, que está na Comissão de Agricultura e deverá ser presidida esse ano pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA).

- Espero que Alcolumbre dê apoio firme e forte ao agro, porque somos o setor que está carregando o país nas costas, apesar da alta dos alimentos - disse Tereza.

No fim do ano passado, a bancada entregou aos novos presidentes do Congresso uma lista com temas prioritários, incluindo o marco temporal e temas como o projeto que mantém o Bolsa Família para

contratados por safra; a lei de reciprocidade ambiental, que aplica sanções a países que restringem produtos brasileiros por justificativa ambiental; e o Programa de Apoio à Tecnologia no Agronegócio Nacional (Paten), que apoia o desenvolvimento do campo.

- A Câmara aprovou muita coisa no ano passado e nossa pauta está muito mais no Senado agora - disse a senadora.

Para contemplar esse movimento e reforçar sua força no Senado, o presidente da bancada ruralista, deputado Pedro Lupion (PP-PR), montou sua chapa para o novo biênio com mais senadores do que no ano passado, quando tinha apenas Tereza e Zequinha Marinho entre os senadores na direção. Este ano, além dos dois, estão ainda Alla Rick (União-AC), Marcos Rogério (PL-RO) e Jayme Bagattoli (PL-RO).

Na lista de prioridades da bancada, há ainda vetos de Lula. A frente trabalha para pautar logo na primeira sessão do Congresso, prevista para ocorrer em março, o veto à isenção fiscal para os Fiagros, fundos de investimento voltados para o setor agropecuário, barrados pelo presidente na **Reforma Tributária**.

-Estamos falando de uma nova forma de financiamento do setor agropecuário. Esse veto não era necessário, e um acordo sem mudanças significativas seria apenas "chover no molhado". Na próxima sessão do Congresso, vamos atuar para derrubar os vetos aos fundos -disse Lupion em evento do setor nesta semana.

A bancada também tenta derrubar o decreto do governo que deu à Funai poder de polícia para proteger terras de comunidades originárias e aumentou a tensão entre a gestão Lula e o agronegócio.

Integrantes da bancada ruralista defendem que essa atribuição continue apenas com os órgãos de segurança estaduais e a Polícia Federal (PF), de modo a evitar a "insegurança no campo" e uma "atuação militante da Funai" na resolução dos conflitos. Já ativistas classificam a medida como uma forma de fortalecer o combate à criminalidade nas terras indígenas.

Em paralelo, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, tem feito movimentos para se aproximar da bancada.

- É essencial que o agro esteja unido e preparado para mostrar ao mundo as conquistas e boas práticas da agropecuária brasileira - disse o ministro.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/13/stf->

***cobra-atuacao-do-governo-lula-sobre-areas-
demarcadas-enquanto-congresso-articula-pec-que-
resgata-marco-temporal.ghtml***

Carf precisa dar segurança a quem preserva meio ambiente (Artigo)

Guilherme Saraiva Grava, Vivian de Araújo Silva

Os proprietários de imóveis rurais estão acostumados à burocracia envolvida, ano após ano, na declaração do Imposto Territorial Rural (ITR). Um dos maiores desafios desse processo é a comprovação das áreas de interesse ambiental por meio do Ato Declaratório Ambiental (ADA), um cadastro junto ao Ibama. Esse documento é essencial para excluir essas áreas da base de cálculo do imposto, aliviando a carga tributária dos proprietários que seguem as normas ambientais.

Os contribuintes sempre questionaram a obrigatoriedade do ADA como único meio de comprovação das áreas protegidas.

O entendimento predominante entre tributaristas era de que, embora relevante, o ADA poderia ser substituído por outros documentos, como laudos técnicos ou registros em cartório.

Afinal, para muitos, não fazia sentido impor mais uma obrigação ao proprietário que já mantinha atualizado o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e preservava as áreas protegidas de sua propriedade. Mesmo com decisões favoráveis do Superior Tribunal de Justiça (STJ), divergências no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** sobre a obrigatoriedade do ADA persistiam.

Por isso, foi amplamente celebrada a alteração trazida pela Lei 14.932/2024, que tornou facultativa a apresentação do ADA a partir do exercício de 2024, reduzindo a burocracia e simplificando a declaração do ITR.

Contudo, surgiu uma dúvida importante: o que aconteceria com as pendências de exercícios anteriores? A nova legislação seria aplicada retroativamente para cancelar autuações antigas, ou a obrigatoriedade do ADA continuaria a valer para esses períodos?

A resposta veio, em parte, com três recentes decisões da Câmara Superior do **Carf**. O colegiado concluiu que a Lei 14.932/2024 não alterou a exigência do ADA para períodos anteriores a 2024.

Desde 2000, o documento era obrigatório e assim permanece para esses exercícios.

Entretanto, essa decisão foi limitada às áreas de florestas nativas (AFN), uma das muitas categorias de áreas de interesse ambiental que podiam ser comprovadas pelo ADA. Ao restringir a obrigatoriedade do documento apenas às AFN, o **Carf** tentou evitar conflito com a jurisprudência do STJ, que já havia decidido que o ADA não era essencial para a comprovação de áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais (ARL).

No entanto, essa distinção não está prevista na legislação, sendo uma interpretação criada pelo **Carf** que aumenta a insegurança jurídica para os contribuintes.

Na prática, uma lei que deveria simplificar a vida do produtor rural acabou se transformando em uma armadilha para muitos. Aqueles que sempre preservaram o meio ambiente e agiram em conformidade com as normas ainda enfrentam passivos fiscais difíceis de resolver.

Esse cenário destaca a necessidade de uma revisão mais ampla e definitiva sobre o tema. É essencial que a **legislação tributária** não apenas reconheça, mas também valorize os esforços dos proprietários rurais na preservação ambiental, eliminando exigências redundantes e trazendo maior segurança jurídica para todos. Somente assim será possível transformar o que hoje é um obstáculo burocrático em um verdadeiro incentivo à sustentabilidade.

Guilherme Saraiva Grava - Advogado e sócio da área tributária no escritório Diamantino Advogados Associados

Vivian de Araújo Silva - Estagiária da área tributária no escritório Diamantino Advogados Associados

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/02/13/all.pdf>

Tarefa da Fazenda é cortar R\$ 35 bilhões (Artigo)

Felipe Salto

Em janeiro, o governo central deve ter registrado superávit primário de R\$ 89,3 bilhões, pouco acima da projeção da Warren Investimentos, de R\$ 88,2 bilhões. Os dados são do portal Siga Brasil, coletados por minha equipe no último dia 10.

O Siga compila dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), permitindo a antecipação do resultado do Tesouro Nacional.

No mesmo mês do ano passado, o superávit primário foi de R\$ 79,5 bilhões ou R\$ 83,1 bilhões quando corrigido pela inflação.

A melhora de R\$ 6,2 bilhões no resultado deu-se com altas reais de 4,6% da receita líquida (receita total menos transferências a Estados e municípios) e de 3,2% da despesa, na comparação com janeiro de 2024.

A receita total foi de R\$ 303,9 bilhões, com crescimento real de 4,1%. Dada a centralidade da arrecadação para o alcance da meta de resultado primário no ano passado - como havia planejado o Poder Executivo -, é necessário o acompanhamento detalhado do desempenho das receitas também no exercício presente.

Isso pois a estratégia permitiu uma melhora do déficit primário de 2,3% do PIB em 2023 para 0,4% do PIB no ano passado.

Ademais, a alta do mês passado foi conduzida pelo conjunto de rubricas chamado de receitas administradas (impostos e contribuições), que avançou 5,5%, já descontada a inflação.

Esse grupo, além de ser o maior, é o mais sensível ao ciclo econômico e às medidas de recomposição da base tributária adotadas pelo governo.

Vale notar ainda o ingresso de R\$ 4,3 bilhões, em janeiro de 2024, a preços corrigidos pelo IPCA, derivado da tributação extraordinária do estoque de rendimentos dos fundos exclusivos.

Portanto, no início de 2025, há consistência no desempenho das receitas, que continuam avançando

mesmo na ausência de novas receitas não recorrentes.

Subtraídos R\$ 43,8 bilhões da arrecadação total, a título de transferências constitucionais, chegamos à receita líquida de R\$ 260,1 bilhões, 4,6% superior ao mesmo mês do ano passado, como mencionado.

Já os gastos somaram R\$ 170,9 bilhões, maiores em 3,2%.

Alguns dos principais componentes da despesa já tinham aumento previsto e devem seguir em alta. A Previdência somou R\$ 73,2 bilhões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), R\$ 10,1 bilhões, crescimentos de 2,4% e 14,8%, respectivamente.

Isso se explica pelo maior número de beneficiários e da valorização do salário mínimo.

A complementação da União ao Fundeb chegou a R\$ 11 bilhões no mês, aumento de 21,9%, e deve continuar crescendo até 2026, por determinação constitucional. As despesas chamadas obrigatórias com controle de fluxo somaram R\$ 28,3 bilhões, com alta de 5,3%. Dentro desse conjunto, vale destacar a queda real de 7,9% nos gastos com Bolsa Família, possivelmente associados a um "pentefino" no programa no decorrer de 2024, e a alta de 23,2% nos dispêndios com saúde, cujo valor desembolsado é vinculado às receitas da União.

Outro ponto de atenção são os gastos com pessoal, de R\$ 30,9 bilhões no mês passado. Esse montante representa diminuição real de 4,5% frente a janeiro de 2024, pois em termos nominais o valor continuou praticamente constante. A atenção, mesmo com queda, se deve à não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) até o momento.

Apenas após a efetivação da LOA é que podem ser concedidos aumentos ao funcionalismo, com essa valorização salarial sendo então aplicada de maneira retroativa.

Finalmente, as despesas não obrigatórias, chamadas discricionárias, somaram R\$ 7,9 bilhões, com aumento real de 19,1%. Remanesce uma dúvida sobre o ritmo de execução desses dispêndios enquanto não for aprovada a LOA. A Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO) permite gastos de até 1/12 da dotação do Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) enviado pelo Poder Executivo em 2024. Porém, há especulações sobre possível adoção de ritmo mais lento de desembolsos discricionários, como 1/18 do valor do Ploa.

Fato é que janeiro não irá dirimir essa questão, e será necessário observar o resultado de fevereiro para aferirmos qual a cadência dos gastos não obrigatórios até a aprovação do Orçamento.

Porque tradicionalmente o dispêndio é baixo nessas rubricas no primeiro mês do ano, dados certos trâmites orçamentários, independentemente de LOA aprovada ou não.

De 2019 a 2025, a fração gasta do que era previsto para as discricionárias no Orçamento anual, em janeiro, foi de 3,1% em média, valor bastante inferior a 1/12 (8,3%) e 1/18 (5,6%). Em 2025, tais dispêndios foram de 3,6% da previsão contida no Ploa.

A importância de se gastar lentamente o orçamento de despesas discricionárias, nesse momento, reside na necessidade premente de contingenciar despesas para cumprir a meta fiscal anual. Isso é mais difícil de ser feito caso a execução esteja acelerada, reduzindo a margem de manobra do governo em consequência.

Calculamos que serão necessários cortes de R\$ 35 bilhões para atingir o limite inferior de tolerância da meta legal de resultado primário. O histórico de contingenciamentos aponta que isso é possível, mas também ressalta a importância de contenção já no início do ano. Essa será a grande medida fiscal deste ano. E precisará vir com brevidade.

ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN INVESTIMENTOS, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alta da inflação e tarifas de Trump pressionam o Fed

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), Jerome Powell, esteve ontem mais uma vez no Congresso americano para prestar contas do trabalho da autoridade monetária. O depoimento começou pouco depois da divulgação de novos dados da **inflação** no país, mostrando que os preços ao consumidor subiram 0,4% em janeiro, acima do previsto, o maior avanço desde março do ano passado, o que reforçou as previsões de que os juros não voltarão a cair tão cedo nos EUA. E há preocupações adicionais: as medidas de Trump.

FED SEM PRESSA

O presidente do Fed já tinha alertado para o potencial inflacionário de algumas propostas do republicano. Ontem, ele disse no Congresso que "há uma incerteza elevada", dadas as mudanças nas políticas comerciais, de imigração, fiscais e regulatórias, o que leva o Fed a ser cauteloso e a adiar novos cortes na taxa de juros até que fique claro como a economia se adaptará nos próximos meses.

- Não precisamos ter pressa para ajustar nossa postura de política monetária. Teremos que esperar para ver quais serão os efeitos dessas políticas antes de pensarmos no que podemos fazer -disse Powell.

Tarifas elevadas por Trump sobre parceiros comerciais próximos, como México e Canadá, e sobre produtos industriais essenciais, como aço e alumínio, provocaram intensos debates sobre os efeitos desses **impostos** de importação sobre a **inflação**.

-Até agora, o que estamos vendo é muito custo e muito caos -disse o CEO da Ford, Jim Farley, criticando o aumento das tarifas sobre o aço importado.

Na Coca-Cola, segundo dados do Financial Times, o alumínio e o aço usados em latas e garrafas compõem 26% das embalagens. O CEO, James Quincey, disse ao FT que as tarifas sobre importações de alumínio podem forçar a empresa a usar mais garrafas plásticas.

-E um custo. Seria melhor não tê-lo -disse Quincey.

DÓLAR FECHA ESTÁVEL

A alta da **inflação** nos EUA ajudou a provocar a queda das Bolsas. Em Nova York, o Dow Jones caiu 0,50% e o S P 500 recuou 0,27%.

Na B3, o Ibovespa cedeu 1,69%. O corte de recomendação de compra para venda das ações do Bradesco, por parte de analistas do banco Goldman Sachs, derrubou os papéis do banco. As PN caíram 4,56% e as ON perderam 3,71%.

Os preços internacionais do petróleo recuaram ontem, e as ações PN da Petrobras cederam 1,49%, enquanto as ON caíram 2,31%. O minério de ferro subiu, mas os papéis da Vale caíram 0,67%.

Notícias sobre negociações para o fim da guerra na Ucrânia valorizaram moedas europeias.

Por aqui, o dólar fechou praticamente estável (queda de 0,08%), a R\$ 5,762, depois de ter tocado a mínima de R\$ 5,743. (Colaborou Isa Morena Vista)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Taxas sobre metais de Trump espalham 'custo e caos' pelas fábricas dos EUA

Claire Bushey, Amanda Chu e Gregory Meyer *Financial Times, de Chicago e Nova York*

A ameaça de Donald Trump de impor grandes tarifas sobre o aço e o alumínio está repercutindo no setor industrial dos EUA, com empresas que vão de fabricantes a petrolíferas enfrentando custos crescentes com esses metais.

Muitos executivos e gestores de fábricas grandes e pequenas estão correndo para encontrar maneiras de amenizar a turbulência política e as consequências do aumento dos preços, mesmo com as tarifas de 25% devendo entrarem vigor apenas em meados do próximo mês.

"Até agora, o que estamos vendo é muito custo e muito caos", disse o executivo-chefe da Ford, Jim Farley, em uma conferência automotiva na terça-feira.

Ele acrescentou que retornaria a Washington nesta quarta-feira para fazer lobby junto às autoridades pela segunda vez em três semanas. "Eles precisam entender que há muita incerteza política. Mas, enquanto isso, estamos lutando para administrar a empresa como profissionais", acrescentou ele.

A corrida para garantir o fornecimento de insumos essenciais acontece depois que Trump disse, na segunda-feira, na Casa Branca, que iria impor tarifas de 25% sobre todas as importações de alumínio e aço a partir de 12 de março, como parte de um amplo programa de políticas comerciais protecionistas que tem causado preocupação em muitas empresas americanas.

Os Estados Unidos são um importador líquido de aço e alumínio, o que significa que as tarifas deverão elevar os preços em todo o mercado americano. O valor extra que as siderúrgicas do Meio-Oeste pagam pelo alumínio, em comparação com os preços de Londres, aumentou vertiginosamente nos últimos dias.

Contratos alterados

Os contratos futuros pelos quais são negociados os volumes do metal do padrão "prêmio do Meio-Oeste" e com liquidação no próximo mês - um importante indicador dos preços pagos pelas empresas dos EUA, que incluem transporte, **impostos** e outros custos -

aumentaram 25% desde o fim de janeiro, segundo dados da LSEG, que faz a ponderação de preços no mercado internacional.

Com o aço, mesmo as empresas que não importam o metal sentirão o impacto das tarifas, pois as siderúrgicas nacionais vão aumentar os preços. Rye Druzchetta, chefe de precificação de aço nas Américas da Argus Media, disse que os preços começaram a subir nos EUA nas últimas três semanas, depois da primeira ameaça de Trump de ampliar as tarifas contra o Canadá e o México, dois dos maiores vendedores de aço para os EUA.

Os produtores de aço, por sua vez, pressionam por preços mais altos. Os contratos futuros que acompanham os preços do aço laminado a quente - um produto amplamente negociado e considerado um referencial para os preços do aço - subiram cerca de US\$ 70 para US\$ 850 a tonelada curta desde o fim de janeiro nos EUA, segundo dados da FactSet.

"As usinas estão se aproveitando e tirando total proveito da incerteza em tomo da situação atual", diz Druzchetta.

Nas fábricas da Coca-Cola, o alumínio e o aço usados em latas e garrafas compõem 26% das embalagens de bebidas no mundo. O CEO James Quincey disse que as novas tarifas sobre as importações de alumínio poderão forçar a companhia a usar mais garrafas plásticas.

Custos localizados

Quincey acrescentou, no entanto, que o custo das tarifas provavelmente será limitado à América do Norte, deixando os volumes globais de vendas inalterados em 2025. "É um custo. Seria melhor não tê-lo em relação aos negócios nos EUA, mas vamos administrar isso", disse Quincey.

Associações e analistas do setor de energia alertaram que os planos tarifários de Trump poderão entrar em conflito com outro objetivo de seu programa "Os EUA em primeiro lugar": o de aumentar a produção interna de energia, reduzir os preços para os consumidores e fortalecer a indústria nacional.

A indústria depende muito do aço e do alumínio para a

exploração de petróleo e gás, oleodutos, infraestrutura de rede e componentes de energia limpa, como turbinas eólicas e estruturas para painéis solares.

"Estimular o setor de energia americano exige acesso a materiais que não estão facilmente disponíveis nos EUA", disse Dustin Meyer, vice-presidente sênior de política, economia e assuntos regulatórios do American Petroleum Institute. "Estamos empenhados em trabalhar com o governo do presidente Trump em abordagens que evitem consequências não desejadas."

Segundo a consultoria Wood Mackenzie, especializada em energia, as importações representam 40% da demanda dos EUA por tubos e outros produtos de metal laminado, usados pelos produtores para perfurar poços. Canadá e México responderam por 16% das importações desses produtos pelos EUA no mês passado.

Nathan Nemeth, analista da Wood Mackenzie, alertou que as tarifas aplicadas além do México e Canadá "poderão estimular uma nova **inflação** de custos".

Corrida por insumos

David Gitlin, executivo-chefe da Carrier Global, que tem sede na Flórida, disse na terça-feira que a companhia está "confiante" de que amenizou o impacto das tarifas sobre o aço e o alumínio, pois já garantiu todo o aço de que precisará na América do Norte este ano.

A Carrier fabrica sistemas de aquecimento e resfriamento e despertou a ira de Trump durante seu primeiro mandato ao anunciar que pretendia transferir plantas e alguns empregos para o vizinho México.

Tarifas mais amplas e generalizadas de 25% sobre os produtos mexicanos causariam mais danos do que as tarifas sobre os metais, segundo Gitlin. Mas a Carrier está considerando ajustar os preços e a maneira como trabalha com os fornecedores, além de aumentar a produção nos EUA. "Esta não é a primeira vez que lidamos com tarifas. Estamos nos apoiando em nossas fábricas nos EUA", disse ele.

Executivos da LCI Industries, uma empresa de Indiana que fabrica chassis e outras peças para veículos de passeio, disse na terça-feira que as tarifas sobre os metais, mais a taxa adicional de 10% sobre os produtos chineses anunciada na semana passada, são "um peso" que poderá prejudicar de modo substancial suas margens de lucro.

Eles esperam minimizar o impacto das tarifas repassando os custos para os fornecedores e clientes,

mas reconheceram que a incerteza é geral.

"Infelizmente, as coisas parecem mudar a cada dia", disse a diretora financeira da LCI, Lillian Etzkorn. "Acordo e olho as notícias para ver se há algo de novo. Então, coisas podem mudar no campo das tarifas que não estamos antecipando neste momento."

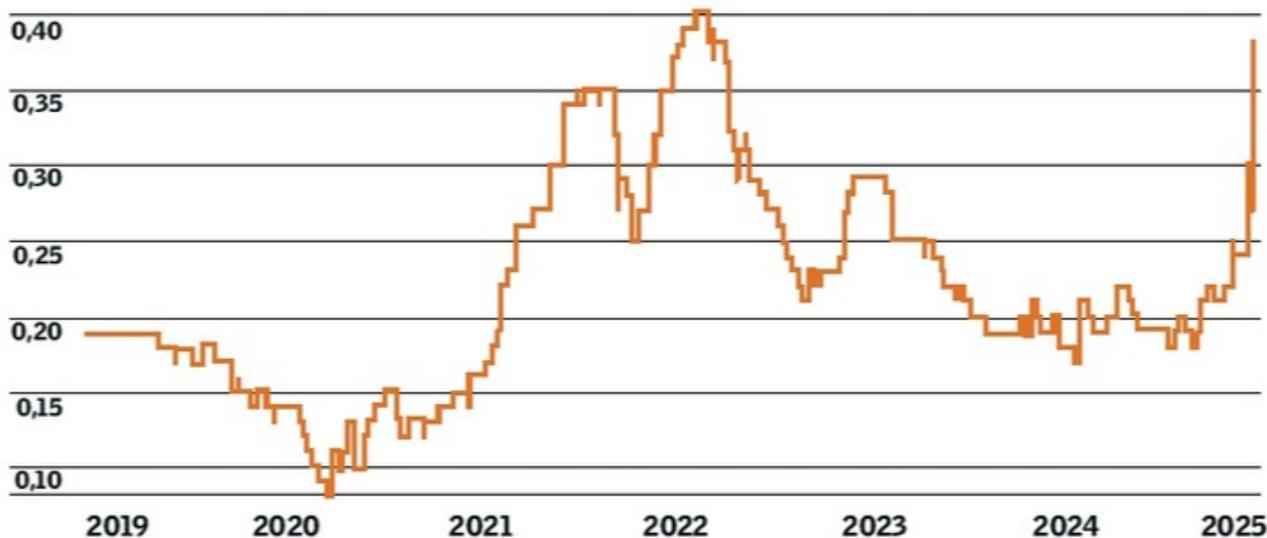
(Tradução de Mário Zamarian)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188116?page=18§ion=1>

Custo do alumínio em alta nos EUA

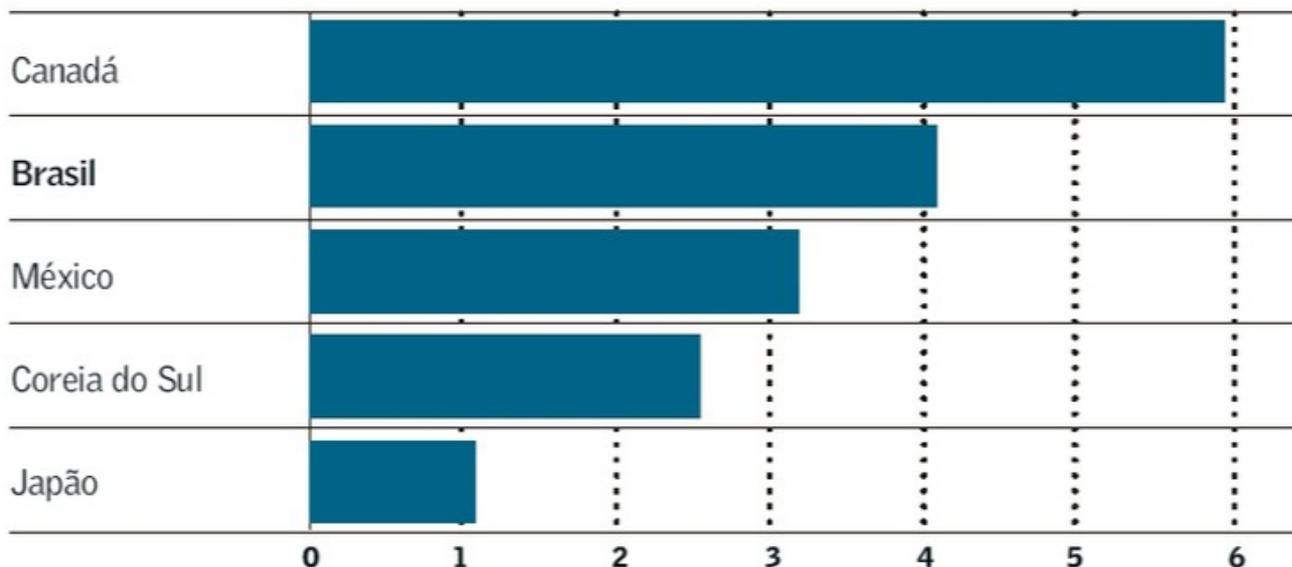
Tonelada do tipo padrão do Meio-Oeste, em milhares de US\$



Fonte: FactSet

EUA compram mais aço de países da região

Compra de produtos siderúrgicos americanos, em milhões de toneladas



Fonte: Departamento de Comércio dos EUA/FT

Os benefícios da Reforma Tributária e o novo IVA dual (Artigo)

CLÁUDIO SÁ LEITÃO E LUIS HENRIQUE CUNHA

CLÁUDIO SÁ LEITÃO E LUIS HENRIQUE CUNHA
SÓCIOS DA SÁ LEITÃO AUDITORES E CONSULTORES

A Lei Complementar 214/2025, de 16.01.2025, terá um papel fundamental na regulamentação da **reforma tributária** (RT) dos **impostos** sobre o consumo, bem como nos preparativos para implementação do novo sistema tributário brasileiro. De acordo com o texto da referida Lei, foi criado o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) que poderá ter uma alíquota padrão de referência próxima de 28%, calculada por fora, segundo o Governo Federal (GF).

O que significa dizer que os **tributos** não incidirão sobre eles próprios, como ocorre atualmente. Essa Lei traz regras de funcionamento do IVA, o qual será dual, sendo a CBS (Contribuição Sobre Bens e Serviços), que entrará em vigor integralmente em 2027, chamado de IVA Federal, englobando o IPI, o PIS, a COFINS e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), denominado de IVA Estadual e Municipal, abrangendo o ICMS e o ISS, substituindo estes **impostos** a partir de 2029, de forma progressiva até 2032, quando estes últimos deixarão de existir.

Vale destacar que o IPI continuará valendo para produtos que são fabricados na Zona Franca de Manaus. Além desses **tributos**, há o Imposto Seletivo (IS), também conhecido como o "imposto do pecado", voltado a barrar o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

As alíquotas do IS serão fixadas por Lei, respeitando critérios e limites máximos já definidos. O IVA terá uma fase de testes em 2026, entrando em vigor gradativamente a partir de 01.01.2027.

Em 2026 também serão criadas obrigações acessórias para aferir o potencial de arrecadação da CBS e do IBS, cuja expectativa é a de que corresponda a atual arrecadação média dos **tributos** substituídos.

Há regimes diferenciados, por atividades reputadas mais essenciais, como saúde, medicamentos, educação, alimentos, higiene e limpeza, profissões regulamentadas (serviços), produtos agropecuários e afins, produções artísticas nacionais, atividades

desportivas, segurança nacional, os quais gozarão de redução de alíquota. Também, há isenções, como o transporte público urbano ou metropolitano de passageiros, além de créditos presumidos para produtores rurais e revenda de bens móveis usados.

Mas ainda está em tramitação no Congresso Nacional (CN), o projeto de Lei Complementar 108/2024 que trata do Comitê Gestor do IBS, o órgão que vai administrar o tributo que é de competência dos Estados e dos Municípios. Já a CBS será de âmbito federal, assim como o IS, aprovado pelo CN. Alguns setores da economia poderão vir a ser penalizados, por um eventual aumento na carga tributária.

Naturalmente que estes setores irão pleitear juntos aos seus clientes, uma revisão contratual, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do negócio, com o conseqüente acréscimo no preço ou na tarifa do serviço.

A RT proporcionará, basicamente, três impactos benéficos, sendo o primeiro a simplificação. Temos a comemorar com a simplificação do sistema, em comparação com as atuais legislações federais, as 27 legislações estaduais e mais de 5 mil legislações municipais. O segundo será a desoneração de investimentos e a correção de distorções, que prejudicam a competitividade da produção dos setores da economia nacional. E o terceiro será a correção de distorções na forma de organização da produção, que resulta no sistema tributário atual.

Diante de imperfeições que devem surgir, face a profundidade das alterações provocadas pela regulamentação da RT, é bem provável que o texto aprovado venha a ser aperfeiçoado por novos projetos de lei corretivos. Além disso, haverá a administração do IBS e do contencioso tributário que é de fundamental importância para o sucesso da RT.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/embf/#p=1>

Prefeitos reclamam do imbróglio das emendas - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Embora o Encontro de Prefeitos e Prefeitas tenha sido organizado pelo governo federal, os representantes dos municípios visitaram muito mais o Poder Legislativo do que o Executivo, numa demonstração clara do deslocamento do eixo de poder. O motivo do périplo ao Congresso foi cobrar dos parlamentares a apresentação de emendas e a votação rápida do Orçamento deste ano. O atraso na deliberação tem prejudicado, principalmente, municípios menores, onde cada centavo das emendas parlamentares vale muito. Os prefeitos esperam que a "briga" entre Judiciário e Legislativo termine logo para haver a liberação da verba. Mesmo que seja para fazer do jeito que o Judiciário deseja, melhor resolver logo.

*** Um prefeito desabafou à coluna, lembrando que o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi governador e sabe da importância que as emendas têm para os municípios. O consenso é que a disputa precisa terminar para que os recursos, principalmente de infraestrutura, saúde e educação, sejam utilizados. Os municípios brasileiros até 50 mil habitantes representam 88% (4.895) do total. Ou seja, tem muita cidade precisando da verba.

Fica, Geraldo.

As associações que integram a Coalizão Indústria se reuniram num jantar em Brasília em homenagem ao secretário da Indústria e Comércio, Wallace Moreira Lima. Ali, foi repassado o sentimento do setor produtivo do desejo de manutenção do vice-presidente Geraldo Alckmin no cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, bem como de toda a sua equipe.

O peso dele.

O grupo Coalizão Indústria representa 42% do **PIB** brasileiro e reúne os setores de maquinário industrial, brinquedos, calçados, alimentos, plástico, aço e uma infinidade de empreendedores. A avaliação deles é de que, por melhor que seja um novo ministro, não terá o peso de um vice-presidente da República.

Um deputado silenciado.

Para que o deputado Glauber Braga (PSol-RJ) consiga

preservar o mandato, os membros do Conselho de Ética da Câmara pretendem aprovar a exigência de três meses de silêncio. Para um deputado, o fato de não poder usar a tribuna é um castigo. Glauber agrediu fisicamente o integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) Gabriel Costenaro, em abril de 2024, e, agora, responde por isso no Conselho de Ética.

Governadores contra os vetos.

Em visita à Câmara, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), conversou com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre a dificuldade de seu estado em aderir ao programa de financiamento da dívida dos estados (Propag). É que mesmo com a isenção concedida pelo governo devido à calamidade de 2024, o Rio Grande do Sul teria que pagar mais de R\$ 3 bilhões por ano. Leite e outros governadores reunidos no Rio de Janeiro, na semana passada, planejam uma ofensiva pela derrubada dos vetos no Parlamento.

CURTIDAS

"Padre" Kelmon, o retorno/ Lembra daquele candidato a presidente do PTB, o "Padre" Kelmon (foto)? Pois é. Ele hoje está filiado ao PL, de broquinho do partido no peito, coordenando nacionalmente o "Foro do Brasil", "uma instituição que se contrapõe ao Foro de São Paulo" em todos os estados.

Nacional e estaduais/ Kelmon está convocando um deputado de cada unidade da federação para comandar as coordenadorias estaduais. Em Pernambuco, por exemplo, quem estará à frente do "Foro do Brasil" é o deputado Coronel Meira (PL-PE).

Lira, o discreto/ O deputado Arthur Lira (PP-AL) chegou ao Congresso, ontem, sozinho. Apesar de falar ao telefone, cumprimentou quem quis falar com ele.

Ministros presentes/ Orientados pelo Planalto, os ministros foram, em peso, ao Encontro de Prefeitos e prefeitas. A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, por exemplo, passou a manhã de ontem por lá. À coluna, disse que espera a votação do Orçamento para dar continuidade aos trabalhos em conjunto com outros ministérios para impulsionar políticas públicas transversais. "Acho que o maior legado da nossa gestão é quando falamos com outras

pastas sobre transversalizar e juntar", disse.

Colaborou Israel Medeiros

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/13/all.pdf>

Sinais opostos para Selic

RAFAELA GONÇALVES

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, deu um tom mais realista perante o otimismo do governo sobre o início do ciclo de queda da taxa básica de juros da economia, a Selic.

Pragmático frente às esperanças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele destacou que a **inflação** deve seguir acima da meta, em um patamar "desconfortável".

Com isso, a indicação é de que o Comitê de Política Monetária (Copom) deve manter o aperto monetário. "Devemos passar por um momento desconfortável para as empresas e famílias. A **inflação** deve seguir o patamar desconfortável fora da meta, repercutindo os eventos do passado, e espera que a política monetária vá fazendo efeito gradativamente", disse ontem em seminário promovido pelo Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), no Rio de Janeiro.

Mais cedo, Lula havia feito elogios ao economista, indicado por ele ao cargo, e disse que o presidente do BC precisa de tempo para "consertar os juros" no país. "Eu tenho certeza que o Gabriel Galípolo vai consertar a taxa de juros neste país e nós só temos que dar a ele o tempo necessário para fazer as coisas", disse em entrevista à Rádio Diário FM, de Macapá.

O chefe do Executivo reconheceu que o presidente da autoridade monetária não pode "entrar e dar um cavalo de pau" para promover a redução dos juros. "É preciso que vá com cuidado para que a gente não dê uma trombada.

Possivelmente, o Galípolo passará para a história como o melhor presidente que o Banco Central já teve", elogiou.

O presidente voltou a atribuir o atual patamar elevado da taxa básica de juros ao ex-presidente do BC Roberto Campos Neto. "Eu acho que o Roberto Campos, na verdade, foi um cidadão que teve um comportamento muito anti -Brasil no Banco Central. Ele era um cara que falava mal do Brasil o tempo inteiro, passava descrédito para os empresários, inclusive no exterior", criticou.

Copom A meta de **inflação** definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com intervalo de tolerância de até 4,5%. Na última reunião do Copom,

realizada em janeiro, o colegiado elevou a taxa básica de juros, a Selic, para 13,25%. A instituição sinalizou, em **comunicado**, após a reunião, que deve fazer um aumento de 1 ponto percentual na Selic na próxima reunião, prevista para março.

Galípolo, que antes era direto de Política Monetária, assumiu a presidência da autarquia em janeiro e manteve a linha das mensagens da ata da última reunião do Copom. Segundo ele, a instituição tem "ferramentas para colocar a Selic em nível restritivo e seguir nessa direção".

O chefe do BC afirmou ainda que é preciso ter "parcimônia" na observação de dados econômicos, que definirão o patamar dos juros. "Se o Banco Central deve ser mais agressivo no momento de altas, deve ser mais parcimonioso e cauteloso no momento de fazer qualquer movimento para baixo", destacou.

Apesar da falta de sinergia entre as declarações de Lula e Galípolo, ao ser questionado, o presidente da autoridade monetária afirmou que tem tido "espaço e voz" junto ao governo. "Tenho tido espaço e voz para poder falar sobre o que eu imagino que vá acontecer com o mercado, tentar traduzir e explicar por que isso está acontecendo.

Me sinto absolutamente contemplado para isso", reforçou.

Sobre os gastos do governo, Galípolo disse que é necessário promover um diálogo sobre a política fiscal que envolva toda a sociedade e os poderes constituídos.

Ele fez esta afirmação ao ser indagado se não conseguiria convencer Lula da necessidade de promover um ajuste nas contas públicas. "Eu falo desde o início sobre quanto tempo tem esse debate, sobre quanto é bastante relevante, sobre, provavelmente, a necessidade que a gente tem de ter uma discussão, um diálogo que envolva a sociedade como um todo, especialmente os diversos Poderes nesse processo", disse o presidente do BC.

Tarifaço de Trump Sobre as tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio, anunciadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Galípolo avaliou que a taxaço pode ter impacto menor no Brasil em relação ao de outros países, devido a uma correlação menor entre as duas nações.

Ele ponderou que ainda há muita incerteza sobre a tributação extra, mas que os medos relacionados a um "choque de tarifas" já mudaram o cenário que o BC tem monitorado. De acordo com o presidente, pode haver uma baixa na **inflação** devido a choques sobre o comércio internacional e condições financeiras mundiais.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/13/all.pdf>

Dominância fiscal ou dominância reputacional? (Artigo)

BENITO SALOMÃO

Em dezembro, os preços financeiros passaram por uma intensa volatilidade. Naquele período, leu-se na imprensa que esse comportamento estava relacionado com a dinâmica da política fiscal, após o fatídico anúncio da isenção do Imposto de Renda para contribuintes cuja renda é inferior a R\$ 5.000.

Aquele contexto, já revertido nas primeiras semanas de 2025, estimulou o debate sobre uma eventual dominância fiscal no país. Tem sido muito comum, na última década, diagnosticar dominância fiscal como a causa de todas as turbulências. Isso leva, fatalmente, à banalização do conceito.

O conceito de dominância fiscal é de Sargent e Wallace (1981). Antes dessa contribuição, prevalecia no debate econômico a ideia de Friedman (1970, pág. 24) de que a "**inflação** é sempre e em todo lugar um fenômeno monetário". Essa hipótese esteve calcada na tradicional visão monetarista, observada nos clássicos modelos de Curva de Phillips, cujos resultados de política supunham que a política monetária seria eficiente e suficiente para desinflacionar uma economia.

Foram Sargent e Wallace que, pela primeira vez, demonstraram, a partir da formulação do conceito de dominância fiscal, que a **inflação** pode ter causas fiscais.

A tese dos autores é a de que a economia pode se organizar em dois regimes de coordenação entre as políticas fiscal e monetária.

Se a política fiscal é intertemporalmente equilibrada, tal como nos modelos de Equivalência Ricardiana de Barro (1974), há dominância monetária, o que significa dizer que a **inflação** responde aos estímulos ou desestímulos da política monetária tal qual o observado no modelo monetarista. Por outro lado, se há subordinação da política monetária à fiscal, de forma que os déficits contraídos obriguem a autoridade monetária a financiá-los por via das receitas de senhoriagem (emissão monetária), há dominância fiscal e o BC perde o controle sobre a **inflação**.

Neste sentido, para que haja dominância fiscal, é condição sine qua non se verificar simultaneamente: 1)

deficits; 2) receitas de senhoriagem e; 3) **inflação**. A economia brasileira vem operando em déficits sistemáticos desde 2014, ano da crise das pedaladas fiscais. No entanto, esses déficits não têm sido financiados via senhoriagem, mas sim pela emissão da dívida pública que cresceu fortemente entre 2014 e 2022. Porém, uma dívida pública elevada não configura dominância fiscal no sentido clássico. Muitos economistas têm confundido o conceito clássico de dominância fiscal com as abordagens mais contemporâneas da Teoria Fiscal do Nível de Preços (TFNP) de Cochrane (2021). Existem pontos de semelhança entre as duas abordagens, mas não pode se dizer que são a mesma coisa.

Na TFNP, a **inflação** é causada quando as expectativas dos resultados primários são insuficientes para estabilizar o endividamento público, indicando que no futuro a dívida seria monetizada (paga via emissão monetária) resultando em uma expansão da **inflação** já no presente.

Encontrar o ponto de monetização dessa dívida, no entanto, não é tarefa simples.

Ademais, mesmo a TFNP, que incorpora a dívida pública como uma variável importante na determinação da **inflação**, não parece ser o caso no Brasil. Nos últimos dias, o IBGE divulgou a **inflação** relativa a janeiro, os 0,16% de elevação dos preços foi a menor taxa para este mês desde o plano Real. É bem verdade, que este dado contrasta com uma **inflação** acumulada acima da meta, porém não se trata de uma **inflação** crônica, nem explosiva, tão pouco tem cara de ter causas fiscais. É preciso lembrar que o déficit do governo central de 0,09% em 2024, foi o menor dos últimos 10 anos e é possível que haja um pequeno superávit em 2025.

Essa **inflação**, que vem performando acima da meta desde a saída da pandemia, teve seu impulso inicial atrelado à gargalos em cadeia de suprimentos (um choque de oferta clássico). De lá para cá, consecutivos choques como a eclosão da guerra na Europa em 2022 e os choques climáticos que vêm afetando preços de commodities em vários locais do mundo têm contribuído, cada um ao seu tempo, para tornar essa **inflação** resiliente.

Some-se a isto os consecutivos alongamentos do

horizonte de convergência para a meta produzidos pelo BCB durante este período, o que certamente tem contribuído para a banalização da meta. Em suma, não há dominância fiscal no Brasil, há sim uma dominância reputacional de uma política monetária que tem sido ineficaz em cumprir seu principal mandato, o de produzir a convergência da inflação para a sua meta.

BENITO SALOMÃO

Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/02/13/all.pdf>

Pressionada por alimentação e gasolina, inflação nos EUA acelera em janeiro

Pressionada por alimentos e energia (incluindo gasolina), a **inflação** nos Estados Unidos voltou a acelerar em janeiro e fechou em 3% na taxa anualizada, ante 2,9% em dezembro. A alta deve estender por mais tempo a manutenção do atual patamar das taxas básicas de juros pelo Fed (o banco central americano).

A carestia cria um problema a mais para o presidente Donald Trump, empenhado em taxar parceiros comerciais num movimento que, para economistas, pode agravar o aumento dos preços. Também causa embaraços ao Brasil, pois juros altos nos EUA indicam a valorização da moeda americana ante o real, ao mesmo tempo que investidores tendem a optar por títulos americanos em vez de papéis de economias emergentes.

Ontem, o mercado brasileiro já sentiu o impacto do dado americano, com queda na Bolsa, mas foi beneficiado pelo início das tratativas do presidente Donald Trump para o fim da guerra na Ucrânia, o que fez o dólar cair. O Ibovespa, principal índice da Bolsa do País, fechou em baixa de 1,69%, aos 124.380,21 pontos. Já a divisa americana caiu a R\$ 5,76 (-0,08%).

Segundo o Departamento de Estatísticas Trabalhistas do governo federal dos EUA, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu 0,5% no mês passado, acima das previsões dos economistas. Trata-se do maior aumento no período desde agosto de 2023.

Entre 2022 e 2023, o Fed aumentou as taxas de juros ao maior nível em duas décadas, quando chegou a um patamar entre 5% e 5,50%, na tentativa de conter um pico de **inflação** de 9,1%, registrado em junho de 2022. Hoje, o juro básico está entre 4,25% e 4,50%, após três cortes no ano passado.

Em janeiro, a autoridade monetária decidiu manter a faixa atual e não indicar mais cortes. A meta de **inflação** anualizada perseguida pelo Fed é de 2%.

"Não estamos progredindo na redução da **inflação**", afirmou Sarah House, economista sênior do banco Wells Fargo. "E isso só deve estender a manutenção das taxas de juros pelo Fed."

O grande vilão da **inflação** americana no mês passado foi o ovo, que registrou alta de 15,2%, a maior elevação mensal desde junho de 2015. Desde o

ano passado, o produto já subiu 53%. Já o óleo combustível subiu 6,2%, e a gasolina, 1,8%.

TARIFAS. Analistas disseram que o cenário pode piorar com a tarifa de 25% para o aço importado pelos EUA determinada por Trump nesta semana. A medida, dizem, pode aumentar o custo de carros, eletrodomésticos e maquinário industrial.

"Há um caldo de incerteza que, se durar e persistir nos próximos meses, poderá fazer com que a confiança dos empre-

Em audiência na Comissão de Finanças da Câmara, ontem, o presidente do Fed (o banco central americano), Jerome Powell, afirmou que não vai renunciar ao cargo caso haja um pedido de Donald Trump. "Não", disse ele, ao ser questionado se deixaria a cadeira do Fed.

Powell foi indicado por Trump, em 2017. O ex-presidente Joe Biden, em 2021, o manteve no cargo para um segundo mandato, que expira em maio de 2026.

No entanto, o republicano "sérios caia", disse Anthony Sa-glimbene, estrategista-chefe de mercado da Ameriprise.

Mesmo com o número ruim, Trump voltou a pressionar o Fed ontem para que baixe as taxas de juros em sua próxima reunião, em 18 e 19 de março. "As taxas de juros devem ser reduzidas, algo

parece ter mudado de ideia em relação às competências de Powell para o cargo. Desde o ano passado, ele tem criticado a política monetária adotada pelo Fed e pede um corte de juros, que agora está cada vez mais improvável.

Especialistas dizem que a demissão de um presidente do Fed não é algo trivial. Seria preciso um longo processo, que passaria por uma comissão do Senado, que teria de provar que Powell agiu de má-fé ou foi ineficiente.

Em entrevista recente, ao ser indagado se o titular da Casa Branca poderia demiti-lo, Powell foi mais sucinto: "Não é permitido por lei". NYT, WP e AP que deve acontecer com as tarifas iminentes!", escreveu ele, na

Truth, sua rede social.

O presidente do Fed, Jero-me Powell, não pareceu incomodado. "As pessoas podem ficar tranquilas, pois continuaremos a fazer nosso trabalho e tomar nossas decisões com base no que está acontecendo na economia", disse Powell na Comissão de Finanças na Câmara ontem (mais informações nesta página). Segundo ele, o Fed fez um "grande progresso" para conter a **inflação**. "Mas ainda não chegamos lá", disse.

Segundo economistas, taxas de juros mais baixas são improváveis no curto prazo. "A incerteza política generalizada em razão da política de comércio exterior provavelmente alimentará as crescentes expectativas de **inflação** para os próximos meses", disse Joe Brusuelas, economista-chefe da RSM.

Outra iniciativa que pode piorar a **inflação** é a política de deportação em massa de imigrantes. Com menos força de trabalho, os salários podem aumentar e os consumidores terão de pagar por eles.

Para o presidente do Fed de Atlanta, Raphael Bostic, o dado de janeiro deve ser levado em conta para as projeções de todo o ano. "Este é um solavanco bem significativo", disse o executivo regional - alguns Estados americanos têm sua autoridade monetária e seus representantes integram o colegiado do Fed.

REAÇÃO. "Esta é uma notícia ruim para todos os envolvidos: o governo, Trump e Fed", disse Douglas Holtz-Eakin, presidente do American Action Forum, uma consultoria conservadora.

Trump deve muito de sua vitória em novembro à **inflação** que incomodou quase todo o governo de Joe Biden. Ontem, o republicano disse que o índice de janeiro seria culpa do antecessor. "Presidentes recebem crédito e culpa por coisas que acontecem sob seu comando, e isso é sob o comando dele (Trump). Essa é a realidade política", disse Holtz-Eakin. nyt, wp e ap

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

No Brasil, Armínio pede que Galípolo convença o governo a cortar gastos

O ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga disse ontem ao atual chefe da autarquia, Gabriel Galípolo, que a instituição precisa de ajuda do governo na área fiscal para conseguir controlar a **inflação** e resumiu o quadro econômico atual dizendo que "a coisa não está bem".

Galípolo participou de seminário promovido pelo Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), no Rio. Fraga estava na plateia.

"A curva de juros está lá na lua, a perder de vista. As expectativas de **inflação**, não as de curto prazo, mas as taxas implícitas, em 6%, estão a perder de vista, sugerem um problema. Eu acho que o problema, em última instância, é que o Banco Central precisa de ajuda. E só tem um lugar que pode ajudar, que é o fiscal", avaliou o economista, que dirigiu o BC entre 1999 e 2002 (governo de Fernando Henrique Cardoso).

Ele sugeriu ainda que Galípolo, "como uma pessoa de confiança das altas autoridades do País", pode tentar convencê-las de que "não há mágica". "Isso que aconteceu até agora foi muito bom: o emprego estar baixo é um sonho, mas agora a festa meio que acabou", considerou. Para o economista, não há um problema de comunicação no governo ou no BC. "O Banco Central não faz milagres, não é?"

'CRUZAR A LINHA". Em sua fala,

Galípolo destacou que o BC tem ferramentas para colocar a Selic em "nível restritivo" - o que, na prática, significa juros mais altos por mais tempo. Ele manteve a linha das mensagens do Comitê de Política Monetária (Copom), com a indicação de mais uma alta da taxa básica de juros em 1 ponto por-centual em março.

Galípolo evitou sinalizar uma tendência para as reuniões a partir de maio, mas enfatizou a disponibilidade das ferramentas. "Cabe agora o Banco Central ter a devida parcimônia e serenidade na observação dos dados." Ao falar especificamente sobre a questão fiscal, Galípolo disse que o "BC não pode cruzar a linha e transcender o quadrado da autoridade monetária".

Galípolo voltou a enfatizar a necessidade de se

avançar no aperfeiçoamento do arcabouço institucional e legal da instituição e disse que um dos grandes desafios para todos os bancos centrais é o da comunicação. "É quase uma arte." **francISCO CARLOS DE ASSIS/SÃO PAULO e CÉLIA FROUFE/BRASÍLIA**

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O ponto da Fazenda na questão fiscal - ALVARO GRIBEL

ALVARO GRIBEL

Os gastos do governo caíram em 2024, na comparação com o ano anterior, seja como proporção do **PIB**, seja em termos reais, já descontada a **inflação**. Ao mesmo tempo, a arrecadação subiu, mas ainda não atingiu o mesmo patamar de 2022, o último ano do governo Bolsonaro. Esses são os principais argumentos usados por integrantes do Ministério da Fazenda para se defender das críticas de que não vêm promovendo ajuste fiscal.

Pelo lado das receitas, Fernando Haddad diz que recebeu um Orçamento prevendo apenas 17% do **PIB** de arrecadação para 2023. Isso consta no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pela equipe do então ministro da Economia, Paulo Guedes, ao Congresso. Para efeito de comparação, a receita no ano de 2022 foi de 18,4% do **PIB**, ou seja, 1,4 ponto percentual maior.

Haddad sustenta que seria impossível reequilibrar as contas públicas com uma arrecadação tão baixa, o que parece fazer sentido. Por isso, começou a adotar medidas para recompor a base arrecadatória.

Mesmo com a série de propostas que o levaram a ganhar o apelido de "Taxad" nas redes, a arrecadação subiu para 17,4% do **PIB** em 2023. Em 2024, saltou para 18,3%. Em ambos os casos, sem atingir o nível de 2022.

Pelo lado do gasto, há uma confusão estatística que deixa qualquer análise mais difícil. O problema começou com o calote dado nos precatórios em 2022, pelo governo Bolsonaro. Isso fez com que a despesa daquele ano ficasse em 18% do **PIB**, menor do que deveria ser de fato. Em 2023, após a aprovação da PEC da Transição, que ampliou gastos em R\$ 145 bilhões, e mais o pagamento do calote dos precatórios, a despesa subiu para 19,5% do **PIB**.

A Fazenda alega, porém, que em 2024 o gasto voltou a cair, para 18,7% do **PIB**, o que mostraria o ajuste fiscal. Mas, há a ajuda do crescimento mais forte da economia e do chamado "deflator", uma espécie de impulso que a **inflação** dá para o cálculo do **PIB** nominal e que ajuda diluir o gasto em relação ao tamanho da economia.

Olhando por outro ângulo, em termos reais, houve queda de 0,7% na despesa primária total do Tesouro, sobre 2023.

A Fazenda tem o seu ponto sobre a condução das contas públicas, embora haja economistas apontando para gastos por fora do Orçamento, o chamado "parafiscal". A nota da pasta ontem não esclarece totalmente as dúvidas.

Tudo leva a crer que a prova dos nove será 2025, quando a economia tende a desacelerar. Haverá redução nos gastos com o **PIB** mais fraco, as eleições batendo à porta e todas as indexações que voltaram no governo Lula? As incertezas continuam.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação seguirá 'desconfortável', diz Galípolo

**CAROLINA NALIN, PAULO RENATO NEPOMUCENO,
BERNARDO LIMA E KAROLINI BANDEIRA**
economia@oglobo.com.br

RIO E BRASÍLIA

A **inflação** seguirá "desconfortável" para as famílias e para as empresas no curto prazo, afirmou ontem o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, em palestra no Rio. E, por causa desse desconforto, o BC seguirá com o ciclo de alta nos juros, completou.

Em janeiro, o Comitê de Política Monetária (Co-pom), formado por toda a diretoria do BC, elevou a taxa básica Selic para 13,25% ao ano, como já havia informado que faria em seus comunicados, e manteve a sinalização de fazer mais um aumento, de 1 ponto percentual, na próxima reunião do colegiado, em 18 e 19 de março.

Galípolo evitou dar novas sinalizações sobre os próximos passos na palestra de ontem, mas ressaltou que, embora a Selic já esteja em nível considerado elevado historicamente, o alívio na **inflação**, resultado do esfriamento da economia, demora a aparecer.

- É um momento desconfortável para as empresas e famílias, em que a **inflação** deve seguir em patamar desconfortável, fora da meta, e você espera que a política monetária (a fixação dos juros básicos) faça efeito gradualmente - afirmou o presidente do BC, em seminário na Casadas Garças, instituto criado no Rio por egressos da equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso.

Galípolo garantiu que o BC terá cautela ao analisar os sinais de desaceleração da economia, que já começaram a aparecer nos dados mais recentes divulgados. O mercado de trabalho, apesar do desemprego nas mínimas históricas, diminuiu o ritmo de melhora e, ontem, o IBGE informou que o setor de serviços recuou 0,5% em dezembro, segunda queda mensal consecutiva.

Segundo o presidente do BC, se a autoridade monetária deve adotar uma posição mais agressiva nos ciclos de elevação da taxa básica, na hora de decidir pela interrupção e posterior entrada em ciclos de baixa, é preciso cautela:

-O BC vai tomar o tempo necessário para ter a certeza de que os dados que estão chegando confirmam uma tendência.

Ao comentar sobre os efeitos das despesas públicas na economia, o presidente do BC reconheceu que o chamado "impulso fiscal", ou seja, o quanto os gastos do governo aquecem a atividade, acabou sendo maior do que o inicialmente projetado.

E, apesar da surpresa com a força do impulso, o nível de gastos públicos ficou dentro do que era previsto no início do ano passado, disse o presidente do BC. Para ele, essa aparente discrepância pode ser explicada por dois fatores.

O primeiro foi o impulso do crédito. O segundo, mais relevante, foi o caráter distributivo das despesas do governo federal, que seriam mais direcionadas para as políticas de transferência de renda. Conforme Galípolo, as transferências colocaram dinheiro nas mãos de famílias com maior propensão ao consumo:

- É um impulso maior do ponto de vista da demanda, que me parece ter sido traduzido nas questões das pressões inflacionárias, somadas à questão de impacto climático e desvalorização da moeda - completou Galípolo.

A preocupação com o desequilíbrio das contas governo foi frequentemente citada por analistas e investidores como uma das razões para a forte alta do dólar no fim do ano passado. Uma das críticas é que faltaria apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à agenda de equilíbrio das contas, ao mesmo tempo em que não faltaram cobranças, por parte do mandatário, por uma redução nos juros.

'CONSERTAR' O JURO ALTO

Ontem, Lula disse que Galípolo vai "consertar" a alta na taxa de juros no Brasil, mas que isso levará tempo.

-Tenho certeza de que o Galípolo vai consertar a taxa de juros neste país, e nós só temos que dar a ele o tempo necessário para fazer as coisas - afirmou o presidente, em entrevista à Rádio Diário FM, de Macapá (AP). - Eu confio muito. Possivelmente, o Galípolo será o melhor presidente que o BC teve na História.

Conduzido por indicação de Lula, o atual presidente do BC assumiu o cargo em janeiro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

TCU libera recursos do Pé-de-Meia após bloquear R\$ 6 bilhões

GERALDA DOCA, THAÍS BARCELLOS E VICTORIA ABEL economia@oglobo.com.br

BRASÍLIA

Tribunal de Contas da União (TCU) atendeu parcialmente ao pedido do governo e liberou uma parcela de R\$ 6 bilhões para o Pé-de-Meia que estavam bloqueados por decisão do ministro Augusto Nardes. Dessa forma, o Executivo fica autorizado a pagar os alunos beneficiários do programa destinado a estudantes do Ensino Médio de baixa renda por meio de fundos fora do Orçamento.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva calcula que será preciso acomodar cerca de R\$ 13 bilhões no projeto de lei orçamentária (PLOA) de 2025. Esse é o saldo que o Executivo trabalha entre as pressões do lado das despesas e o espaço aberto pelo pacote de contenção de gastos e pelos indicadores econômicos. Isso teria de ser equacionado com o corte de despesas discricionárias (não obrigatórias). Esse valor, porém, não considera nenhum ajuste para colocar o Pé-de-Meia para dentro do Orçamento de 2025.

Ontem, o plenário do TCU também deu um prazo de 120 dias para que o governo envie ao Congresso um projeto para adequar o gasto com o programa às leis orçamentárias. Incluir o Pé-de-Meia no Orçamento de 2025 poderá ser feito com ajustes na proposta em tramitação no Congresso ou o envio de um novo projeto de lei ao longo do ano. Não há um número oficial de impacto, mas ele é estimado em R\$ 10 bilhões, que teriam de ser cortados de outras despesas.

O ministro Nardes, do TCU, criticou o governo Lula na sessão do plenário da Corte sobre o bloqueio feito por ele aos recursos do programa:

-Falta capacidade de diálogo dentro do próprio governo. Falta governança. É muito dinheiro para não ter boa governança. A falta de coordenação adequada pode comprometer o programa Pé-de-Meia.

Mas, até o Congresso votar o tema, o programa poderá continuar a ser pago com recursos provenientes de fundos operados fora do limite de gastos do arcabouço fiscal. Na prática, a depender do

momento em que o assunto passar pelo crivo dos parlamentares, o impacto no Orçamento deste ano pode ser menor do que R\$ 10 bilhões.

VALE-GÁS

A polêmica em torno do Pé de Meia no Tribunal de Contas da União (TCU) exigiu uma intensa movimentação de integrantes do governo na Corte nos últimos dias. Diante do risco de paralisação do programa pela Corte por não atender a regras fiscais, entraram em campo os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Casa Civil, Rui Costa, além da Ad-vocacia-Geral da União.

Nos últimos dias, os ministros da Corte foram pressionados por diversos setores da sociedade, do governo e do Congresso Nacional.

A parte o Pé-de-Meia, o governo já tem claro que terá de incluir R\$ 3 bilhões relativos ao Auxílio-Gás na proposta orçamentária de 2025. Na época do envio do PLOA, em agosto, a ideia era de que o custo do benefício fosse pago fora do Orçamento, por meio de repasses diretos à Caixa, operadora do programa, de receitas do pré-sal que o governo abriria mão. Por isso, só foram previstos R\$ 600 milhões no PLOA, que agora serão complementados em R\$ 3 bilhões.

Será preciso ainda atualizar o gasto com despesas obrigatórias indexadas ao salário mínimo, como benefícios previdenciários, abono salarial, seguro desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC). O PLOA foi enviado originalmente com uma previsão de mínimo de R\$ 1.509 em 2025, mas o valor final ficou em R\$ 1.518, após as mudanças promovidas no pacote de contenção de gastos e o resultado do IN PC até novembro.

Outro ajuste necessário diz respeito às emendas parlamentares. O entendimento de interlocutores do Palácio do Planalto é que será necessário acomodar R\$ 4,2 bilhões das verbas parlamentares que não foram pagas no ano passado devido às decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino. Além disso, a lei que alterou as regras de pagamento das emendas estabeleceu um montante de cerca de R\$ 11 bilhões em emendas de comissão para 2025. No PLOA, só havia a previsão de R\$ 39 bilhões para emendas impositivas (individuais e de bancada).

Por outro lado, é preciso também atualizar as contas com os espaços abertos pelo pacote de contenção de gastos e pelos indicadores econômicos, como câmbio e **inflação**. De cara, o resultado final da **inflação** (IPCA) abre um espaço extra de R\$ 12,4 bilhões no limite de despesas do arcabouço fiscal.

Além disso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo calcula uma economia de cerca de R\$ 30 bilhões este ano, decorrente das medidas do pacote de contenção de gastos aprovado no fim do ano passado. As principais contribuições devem vir das mudanças relativas ao Fundeb e na Desvinculação das Receitas da União (DRU).

O acerto da Fazenda com o Planalto é não trabalhar com gordura para cumprir a meta fiscal deste ano, de resultado zero. No ano passado, o déficit primário para fins de contabilidade da meta foi de R\$ 11 bilhões. Ou seja, a determinação agora é mirar o centro da meta. Qualquer pressão de despesa ou frustração de receita ao longo do ano será equacionada instantaneamente com congelamento de recursos. Uma preocupação, por exemplo, é com os efeitos das políticas tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Nas contas do economista Ítalo Franca, do Santander, o

ajuste que o governo teria de fazer no Orçamento seria de R\$ 16,9 bilhões (veja ao lado).

-Vai ter alguma redução de discricionárias ou de outras despesas, e há o risco de a Previdência não ser inteiramente coberta. Mas o governo também trabalha com uma economia maior com o pacote de corte de gastos, de R\$ 30 bilhões -disse o economista.

Para Franca, o governo terá receitas suficientes para abrir o crédito extra de R\$ 12,4 bilhões no limite de gastos sem prejudicar a meta de primário. Ainda que algumas previsões iniciais de arrecadação tenham sido frustradas, o economista afirma que o resultado maior de 2024 deve ajudar, assim como a nova previsão de **inflação** e a distribuição de dividendos maiores.

No envio do Orçamento, o governo previa cerca de R\$ 168 bilhões em receitas extras. Nesse montante, estava estimada uma arrecadação da ordem de R\$ 18 bilhões com o aumento das alíquotas de CSLL e a tributação da distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), medidas que não foram votadas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BC precisa de ajuda e solução passa por fiscal, diz Arminio

CAROLINA NALIN

Com a curva de juros em patamar elevado e a dívida pública subindo rapidamente como proporção do **PIB**, o Brasil apresenta "sintomas graves" e só a política fiscal pode ajudar o trabalho do Banco Central (BC) de conter a **inflação** nesse cenário. Essa foi a avaliação de Arminio Fraga, ex-presidente do BC, em conversa com Gabriel Galípolo, hoje à frente da autoridade monetária por indicação de Lula, que fez palestra ontem no Rio.

-A curva de juros está lá na lua, a perder de vista. As expectativas de **inflação**, não as de curto prazo, mas as taxas implícitas, em 6%, estão a perder de vista, sugerem um problema. E o problema em última instância é que o BC precisa de ajuda. E só tem um lugar que pode ajudar: é o fiscal -afirmou Arminio.

"SUCO AMARGO"

O sócio-fundador da Gávea Investimentos, que acompanhava na platéia a palestra do presidente do BC, disse que Galípolo terá que tomar um "suco amargo", em referência à subida da taxa básica de juros, a Selic, para desaquecer a economia e frear os preços. Por outro lado, afirmou que Galípolo pode trazer o debate sobre o controle das contas públicas, para facilitar o trabalho da política monetária:

-Você, como uma pessoa de confiança das altas autoridades, talvez possa convencê-lo (em alusão ao presidente Lula e ao governo) de que não tem mágica. Isso que aconteceu até agora foi muito bom, o desemprego está baixo. É um sonho. Mas a festa agora meio que acabou. E não é um problema de comunicação (do governo)-disse ele.

Fraga, que presidiu o BC entre 1999 e 2003, disse que o remédio (juros mais altos) vai funcionar para desaquecer a atividade, mas que a autarquia "não faz milagre". O economista afirmou que pode ser difícil para Galípolo dar declarações sobre a temática de gastos públicos, mas reforçou que o debate precisa ocorrer, e ressaltou que o assunto parece não estar na agenda do governo.

-O paciente (a economia brasileira) está na UTI. Não precisa nem entrar na discussão se é trágico, se é dominância fiscal. Isso é muito acadêmico. Mas o "mix

macro" precisa mudar e acho que isso não parece estar na agenda.

Em resposta, o presidente do BC disse reconhecer que há um desafio enquanto porta-voz da autoridade monetária em dois aspectos: primeiro, o de encontrar o limite do que cabe ao órgão comunicar e, em seguida, como informar suas decisões da forma correta.

Esse impasse, segundo Galípolo, parece superado, já que ele teria "espaço e voz" para isso, tentando traduzir ao mercado o que está acontecendo. Já o segundo é identificar até onde deve ir a função institucional da autoridade monetária.

- Isso faz parte de um desafio que é não cruzar uma linha e não transcender o quadrado da política monetária. Mas você colocou um tema (política fiscal) de uma maneira que é um do temas que temos que "esgrimir" agora - disse Galípolo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Alckmin defende cotas, e governo já busca negociação nos EUA

KAROLINI BANDEIRA E ELIANE OLIVEIRA

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin afirmou ontem que o Brasil está aberto ao diálogo com os Estados Unidos após o presidente americano, Donald Trump, aplicar tarifas de 25% sobre importações de aço e alumínio de todos os países, incluindo o Brasil.

Enquanto discute internamente uma estratégia de negociação, o governo brasileiro monitora a situação por meio da Embaixada do Brasil em Washington e tem feito contatos informais com empresários, congressistas e representantes da diplomacia e da área econômica dos EUA.

Alckmin defendeu a volta de um sistema de cotas, que permitiria ao Brasil exportar um determinado volume anual aos EUA sem as tarifas majoradas.

-Nós estamos abertos ao diálogo. As cotas são um bom caminho. É um mecanismo inteligente. Se você aumenta o imposto do aço para os EUA, tem um efeito na cadeia. Tem várias alternativas, uma delas é o estabelecimento de cotas.

RELAÇÃO GANHA-GANHA

Perguntado se a reciprocidade foi descartada, Alckmin disse que sempre é bom buscar uma relação ganha-ganha:

-Não foi contra o Brasil. A alíquota imposta foi para o mundo inteiro, não foi discriminatória. Os EUA são um importante parceiro comercial do Brasil, não é o maior, o maior é a China. Mas é o maior investidor no Brasil, temos tradição de 200 anos de relação diplomática com os EUA e vamos continuar. Precisamos ter cautela e diálogo. Comércio exterior é ganha-ganha.

Alckmin repetiu que os EUA têm superávit comercial com o Brasil e afirmou que a tarifa brasileira de importação é baixa:

-Nossa tarifa final, nossa taxa final de importação é baixa, de 2,7%. O caminho é o diálogo. O aumento da alíquota já aconteceu anteriormente e foi estabelecida a cota, então vamos buscar um bom entendimento. Não tem guerra tributária.

No seu primeiro mandato, Trump chegou a aplicar taxas de 25% para o aço importado e de 10% para o alumínio, em 2018. Mas logo depois os dois países acabaram fechando um acordo que estabeleceu cotas de importação, sem tarifas. Esse acordo foi derrubado unilateralmente pelo presidente americano na última semana e substituído pela volta das taxas de importação, que deverão entrar em vigor em 12 de março.

Na avaliação de alguns especialistas, o republicano pode estar repetindo a tática de ameaçar para obter concessões.

Com essa perspectiva, o governo vem adotando um tom de cautela, que contrasta com a promessa recente do presidente Lula de agir com "reciprocidade" caso Trump passasse da ameaça à ação.

O governo considera que uma negociação oficial direta com os EUA para proteger o Brasil da sobretaxa de 25% sobre aço e alumínio depende da aprovação, pelo Senado americano, de Jamieson Greer como representante comercial da Casa Branca (USTR, sigla em inglês para United States Trade Representative). Greer e sua equipe são vistos em Brasília como o principal canal para o início de um diálogo com Washington.

Empresários brasileiros já procuram o setor privado dos EUA. O objetivo é conseguir apoio das indústrias americanas, como reforço ao argumento de que o Brasil vende matérias-primas que ficarão mais caras para fábricas dos EUA, alimentando a **inflação** ao consumidor daquele país.

Também está sendo calculado o impacto da medida nas exportações brasileiras. Representantes dos setores afetados estão levantando informações e enviando para Brasília. Uma preocupação é como o mercado interno vai se comportar a partir do momento em que a medida começar a vigorar.

Em outro capítulo da questão tarifária, a Casa Branca afirmou que as tarifas de aço e alumínio para México e Canadá podem chegar a 50%. Isso ocorreria caso não se chegue a acordo no prazo de um mês fixado para negociação. Trump havia anunciado tarifas de 25% para todos os produtos destes países. Sem

entendimento, as taxas se somariam no caso de aço e alumínio.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Insuficiente, pacote fiscal coloca meta em risco, aponta FGV Ibre

Marta Watanabe De São Paulo

Após aprovação, o pacote de ajuste de gastos deve ter impacto fiscal de R\$ 58,9 bilhões no biênio de 2025 e 2026. A estimativa é mais favorável que a de outros analistas, mas fica ainda abaixo dos R\$ 69,8 bilhões estimados pelo governo. Embora apertado, o espaço fiscal criado pelo pacote dá condição para o governo cumprir a regra de despesa até o fim do atual mandato.

Possivelmente haverá necessidade de novas medidas no decorrer de 2025. E há "risco muito grande" de o resultado primário ficar fora da meta em 2025 e 2026 ou muito aquém do necessário para a estabilidade da dívida, num ambiente de juros altos, que pressionam o déficit nominal, considerando também um cenário internacional mais desfavorável.

Nessa perspectiva, o pacote é insuficiente, porque o problema fiscal cresceu nos últimos dois ou três anos e tornou a situação "muito delicada". A avaliação é de Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

A divergência de quase R\$ 11 bilhões em relação ao cálculo do governo sobre os impactos do pacote, após aprovado, é explicada em grande parte pelo "ceticismo" de Pires em relação à economia em "outros benefícios sociais". O governo estima economia de R\$ 10 bilhões no biênio 2025-2026 enquanto Pires calcula R\$ 4 bilhões.

O governo também contabilizou efeito com a mudança na previdência dos militares, o que Pires não considerou. Outros pontos de discordância são no abono salarial e no subsídio ao Proagro, programa para garantir pagamento de financiamentos rurais em caso de prejuízos na lavoura (Ver quadro).

O governo central terminou 2024 com déficit primário de R\$ 44 bilhões, o equivalente a 0,36% do PIB. Desconsiderando gastos que não entram no cálculo do cumprimento da meta, como as despesas contra efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul, o déficit foi de R\$ 11 bilhões, equivalente a 0,09% do PIB. A meta era de resultado zero, com tolerância de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo, mesma meta para 2025.

Ao longo de 2024, lembra Pires, houve dificuldade para garantir o cumprimento da meta, apesar do forte crescimento real da receita. Algumas despesas, lembra, cresceram acima do orçado porque estavam subestimadas. Considerando, Previdência, Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono salarial e seguro-desemprego, a "surpresa" foi de R\$ 40,2 bilhões a mais em gastos em relação ao orçado no início do ano, o que gerou pressão no arcabouço e levou ao bloqueio e contingenciamento de despesas.

O governo apresentou um pacote fiscal em novembro, lembra Pires, que foi muito mal recebido pelo mercado. Algumas das estimativas que o governo apresentou de economia foram fortemente revistas para baixo por analistas, já no primeiro momento.

Dos R\$ 58,9 bilhões de impacto fiscal calculados por Pires com base no que já foi aprovado, R\$ 32,5 bilhões viriam de redução de despesas, efetivamente, e R\$ 26,4 bilhões de melhoria de gestão orçamentária, também para o biênio 2025-2026.

Olhando para os gastos em 2025 que precisarão usar o espaço fiscal criado, há, novamente, diz Pires, um problema de subestimação da despesa com Previdência. O ajuste, estima, será de cerca de R\$ 17 bilhões. Além disso, o governo mostrou intenção de incorporar o Pé-de-Meia no Orçamento, programa que custa anualmente em torno de R\$ 6 bilhões. Para o Auxílio Gás, que também pode vir para o Orçamento, Pires estima R\$ 3 bilhões.

O pacote de corte de gastos obrigatórios do governo de 2024, de R\$ 26 bilhões, também terá que ser ajustado porque há sobreposição de medidas com o pacote lançado em novembro. Além disso, há frustração de algumas medidas que não surtiram o efeito esperado. Essa revisão, calcula Pires, deve atingir cerca de R\$ 10 bilhões, valor "plausível". Juntando os quatro itens - ajuste na despesa da Previdência e nos efeitos do pacote anterior, além da inclusão do Pé-de-Meia e do Auxílio Gás para o Orçamento - são R\$ 36 bilhões em gastos reprimidos que o governo terá que recalcular no Orçamento.

Reajuste real do salário mínimo se submeterá aos limites do arcabouço fiscal

Olhando para o espaço disponível para abrigar esse ajuste, Pires lembra que, das medidas de corte de despesas do pacote - que têm impacto de R\$ 32,5 bilhões no biênio 2025-2026 -, R\$ 12 bilhões são para este ano.

"Em 2024 o governo conseguiu R\$ 19 bilhões entre bloqueio e contingenciamento", lembra. Da ampliação de R\$ 12 bilhões da base contingenciável que o pacote permitiu, estima, R\$ 3 bilhões a R\$4 bilhões podem ser considerados efetivamente contingenciáveis.

Portanto, calcula Pires, o que o governo ganhou com o pacote e o efeito da ampliação da base contingenciável, considerando também como referência o valor já congelado em 2024, o espaço fiscal soma R\$ 35 bilhões - R\$ 19 bilhões mais R\$ 12 bilhões mais R\$ 4 bilhões . "Então há espaço fiscal mais ou menos da mesma ordem de grandeza que os números que ainda precisam ser incorporados ao Orçamento. A conta parece que fecha."

O pacote vai ajudar bastante o governo a cumprir o teto de gastos, avalia Pires. "Evidentemente outras questões podem aparecer ao longo do ano, mas esse é um bom ponto de partida, diferentemente do ano passado, em que não tinha espaço para absorver os gastos com Previdência, que já estavam subestimados. Obviamente a conta está muito apertada. Possivelmente o governo vai precisar de algumas medidas adicionais ao longo do ano."

Os riscos fiscais, diz, vão ficar concentrados na meta, porque ainda é preciso um aumento de receita significativo. "Houve medidas propostas que não foram aprovadas ou foram aprovadas parcialmente. E temos perspectiva de desaceleração econômica em 2025. Dependendo da intensidade disso, há viés de baixa da projeção de arrecadação."

O problema fiscal do Brasil, ressalta, é muito grande. "Temos que ser realistas A conta de juros está muito alta." Ele compara o resultado primário e o nominal. Segundo dados oficiais, o setor público consolidado - formado por União, Estados e municípios - registrou déficit primário de R\$ 47,6 bilhões em 2024, o equivalente a 0,4% do **PIB**. O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui resultado primário e juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 998 bilhões (8,45% do **PIB**) em 2024.

"O problema fiscal cresceu nos últimos dois ou três anos. A situação é muito delicada. O pacote é insuficiente nessa perspectiva." Um dos problemas, diz, é que o pacote entrega um valor que a curto prazo é relevante, mas cresce pouco ao longo do tempo, com efeito cumulativo pequeno.

"O pacote não funcionou como âncora para melhorar um pouco a perspectiva de endividamento. O que há dois anos talvez fosse palatável para o mercado, mudou para pior. E o que é necessário para se chegar à estabilização da dívida também piorou. Há um conjunto de condições que piorou muito e que torna difícil ver o desfecho dessa história."

As medidas do pacote de novembro, explica, podem ser divididas em medidas de controle de despesas, medidas de gestão orçamentária e também medidas de aprimoramento do novo arcabouço fiscal (ver reportagem abaixo).

Entre as medidas que efetivamente controlam despesas, e que fazem o gasto cair, a nova regra do salário mínimo é a de impacto mais relevante, diz.

Em 2023, lembra, o governo voltou com a política de valorização do mínimo, estabelecendo reajuste pela **inflação**, mais variação do **PIB** de dois anos anteriores. "Como o **PIB** cresceu bem, com alta de mais de 3% esperada em 2024 e de 3% em 2023, o reajuste real do mínimo seria forte em 2025 e 2026." Com a mudança, o mínimo ainda será corrigido pela **inflação** e seguirá o **PIB**, mas o reajuste real se submeterá aos limites do arcabouço.

"Então, se o **PIB** crescer abaixo de 0,6%, o aumento será de 0,6%, que é a variação mínima da despesa. Se o **PIB** crescer acima de 0,6%, o reajuste real estará limitado ao crescimento das despesas aplicadas naquele ano. Se o **PIB** crescer 3% e o arcabouço crescer 2%, por exemplo, o mínimo será reajustado em 2%. Se o **PIB** crescer 2% e o arcabouço crescer 2,5%, o salário mínimo será reajustado em 2%. Ou seja, só há economia se o **PIB** continuar crescendo acima do que foi aplicado efetivamente no arcabouço." A economia, observa, está muito condicionada ao cenário que observamos em 2023 e 2024. "Como o **PIB** cresceu fortemente nos últimos dois anos, a nova regra garante economia relevante nos dois primeiros anos de aplicação. Mas, como se espera desaceleração econômica relevante em 2025, a regra deve gerar economia muito pequena em 2027."

Outra mudança, a revisão no abono salarial, diz, é muito gradual e ajudará pouco a elaboração do Orçamento, ainda que seja uma medida necessária, dado que é um programa com benefício não muito claro, em termos de política pública.

Há também, diz, um conjunto de medidas associado a um maior controle na concessão de benefícios sociais, como implementação da biometria para os beneficiários do Bolsa Família e revisão de critérios para atualização cadastral. "O governo estima cerca

de R\$ 10 bilhões nessas medidas, mas é difícil calcular, porque muitas delas levam tempo para ser adotadas." O pacote proposto pelo governo, ressalta Pires, tinha medidas estruturais para o BPC, que reviam questões antigas no programa, mas caíram na tramitação no Congresso.

No grupo de medidas de aprimoramento de gestão orçamentária estão aquelas que não necessariamente reduzem o gasto imediatamente, mas melhoram a capacidade de lidar com os problemas do Orçamento ao longo do ano. "São importantes porque aumentam a capacidade do governo de absorver eventuais surpresas que acontecem naturalmente. Ajuda a evitar que se busque uso de crédito extraordinário ou alguma solução eventualmente fora do orçamento.

Nesse sentido, diz, o governo fez uma alteração no Fundeb, fundo destinado a financiar a educação. O fundo, lembra, foi expandido e tem gerado aumento de gastos nos Estados. Com a mudança do pacote, diz, o recurso do fundo poderá ser usado para financiar o programa de escola em tempo integral.

"Então o governo federal está repassando a Estados e municípios um programa que custa algo em torno de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões ao ano. Consequentemente, na ponta, o gasto dos Estados e municípios vai crescer menos, porque eles terão que usar o espaço fiscal para financiar um programa que já existe." A solução, explica, vai reduzir um pouco a liberdade que os Estados e municípios têm para aumentar os gastos e vai abrir ao governo federal espaço trazer para dentro do Orçamento programas como o Pé-de-Meia.

Outra medida é a possibilidade de contingenciar despesas com subsídios, subvenções e benefícios de natureza financeira. "Hoje a previsão para 2025 é de R\$ 26,6 bilhões em despesas nessa categoria. Não é possível contingenciar tudo isso, mas o governo está aumentando a base contingenciável."

Pires destaca também o efeito da Desvinculação de Recursos da União (DRU), estabelecida em 30% até 2032, com ampliação da medida para abranger receitas patrimoniais. A DRU, historicamente, explica, embora flexibilizasse a gestão, não chegava a gerar economia, porque as receitas estavam vinculadas a despesas contingenciadas, o que na prática deixava os recursos parados. "Só que com o tempo, algumas vinculações passaram a ter obrigatoriedade de execução."

É o caso, exemplifica, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com obrigatoriedade de execução desde 2022. Em 2024 foram executados os R\$ 12,7 bilhões previstos

para o fundo, o que contrasta com o dado de 2021, antes da obrigatoriedade de execução. Em 2021, compara, foram R\$ 7,3 bilhões destinados ao fundo, mas só R\$ 1,3 bilhão foi pago. "Considerando um orçamento de R\$ 12 bilhões - o valor de 2024 -, somente com o FNDCT os 30% já economizam quase R\$ 4 bilhões, que é o que o governo prevê para essa medida."

Bráulio Borges, pesquisador do FGV Ibre, explica que as receitas patrimoniais incluem os royalties da extração de recursos minerais. O óleo-lucro, receita da União ligada à produção do petróleo do pré-sal, diz, entrará na DRU, fazendo com que parte dela ajude no esforço de gestão do cumprimento da meta fiscal.

Como esse óleo-lucro tem parcela destinada ao FNDCT, diz Pires, a ampliação da DRU conseguirá aproveitar essa receita também na parcela destinada ao fundo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188116?page=18§ion=1>

Impactos do pacote aprovado

Estimativas para o biênio 2025-2026 - R\$ bilhões

2025-2026	Estimativa Governo	Estimativa Revisada	Comentário
Total	69,8	58,9	
Medidas de controle fiscal	41,4	32,5	
Salário mínimo	15,3	15,3	
Outros benefícios sociais	10	4	Algumas medidas já haviam sido anunciadas e incorporadas no PLOA 2025
FCDF	0	0	Não aprovada
Previdência Militares	2	0	Não aprovada
Concursos	2	2	
Supersalários	0	0	Não aprovada
DRU	7,4	7,4	
Abono Salarial	1,7	0,8	Medida com impacto muito pequeno e gradual para o orçamento
Aldir Blanc	3	3	Já implementado pela MP 1.274, mas não no orçamento
Medidas de gestão orçamentária	28,4	26,4	
Fundeb	10,3	10,3	Sem impacto fiscal se incorporado o Pé de Meia no orçamento
Subsídios/Proagro	3,7	1,7	Ampliação de base contingenciável
Emendas	14,4	14,4	Medida não é nova (LC 210/24)

Fonte: MF e estimativas do economista Manoel Pires/FGV Ibre.

Inflação nos EUA em janeiro se acelera e vai a 3% ao ano

A **inflação** nos EUA se acelerou mais do que o esperado pelo mercado em janeiro e teve alta generalizada ao mesmo tempo em que o governo do presidente Donald Trump segue adiante com a imposição de tarifas de importação. Analistas estimam que a prática protecionista tende a acelerar o aumento de preços em toda a cadeia produtiva.

Em janeiro, o índice de preços ao consumidor(ou CPI, pela sigla em inglês) no país mensal subiu para seu maior nível desde agosto de 2023, liderado por uma série de gastos das famílias, em especial com alimentação e gasolina, e pelos custos com moradia. Em relação a dezembro, os preços subiram 0,5%. Em doze meses, a variação foi de 3%.

O aumento maior do que o esperado 0,4% para o mês diminui ainda mais a probabilidade de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) faça vários cortes nas taxas de juro neste ano.

Com a exclusão dos custos mais voláteis de alimentos e energia, o chamado núcleo do CPI subiu mais do que o previsto, foi impulsionado pelos preços de seguros de automóveis e passagens aéreas e por um aumento mensal recorde no custo de medicamentos que passaram a ser vendidos apenas com receita médica.

A **inflação** tende a subir em janeiro porque muitas empresas escolhem o início do ano para aumentar preços e comissões. Esse padrão se exacerbou nos anos que se seguiram à pandemia de covid-19 e vários analistas disseram esperar que o salto no crescimento dos preços no mês passado não se repetirá daqui para a frente.

Ainda assim, o relatório divulgado ontem pela Agência de Estatísticas do Trabalho serve como indicador de que o recente movimento de redução do ritmo da **inflação** no mínimo estagnou - se é que não está a ponto de ser revertido. Combinado com um mercado de trabalho sólido, é provável que isso mantenha o Fed em compasso de espera por alguns meses.

Os dirigentes do banco também estão no aguardo de mais clareza sobre as políticas de Trump, em particular sobre tarifas, que provocam um crescimento nas expectativas de aumento da **inflação** ao consumidor.

Antes da divulgação do relatório sobre o CPI, os analistas se inclinavam para a possibilidade de dois cortes de taxas de juros. "Observamos vigor na alta de preço em todas as áreas-seja de energia e alimentos ou dentro dos componentes do núcleo - e, portanto, acredito que isso aponta para um ambiente de preços que continua difícil", disse Sarah House, economista sênior do Wells Fargo Co. "Então, o tempo que se esperava que o Fed ficasse em compasso de espera deve se estender em relação à expectativa anterior."

Ontem de manhã, Trump voltou a cobrar taxas de juro mais baixas e mais tarde sugeriu que os números da **inflação** se deviam às políticas de seu antecessor na Presidência, Joe Biden.

O aumento do IPC em janeiro foi liderado pelos preços dos alimentos, sendo que dois terços do total se devem à alta nos preços dos ovos, na esteira de um surto mortal de gripe aviária. O salto de mais de 15% foi o maior desde junho de 2015.

O preço da caixa com dez ovos estava ontem na média nacional de US\$ 7,34 - um recorde que tem causado "compras nervosas" e esvaziado as prateleiras de produto nos mercados. "Isso não afeta apenas os padeiros e fabricantes de café da manhã em casa, mas também os restaurantes que dependem de ovos", disse Elizabeth Renter, economista sênior da NerdWallet.

Os preços das moradias, a maior categoria dentro de serviços, aumentaram 0,4% em janeiro e foram responsáveis por quase 30% do avanço do IPC.

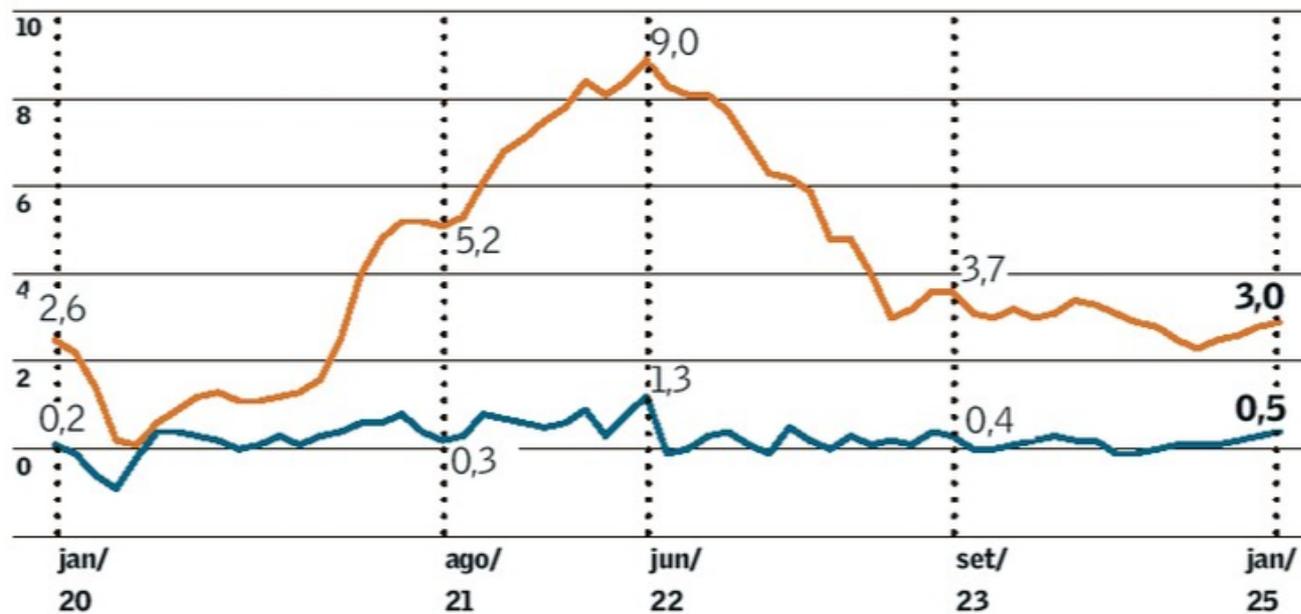
Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188116?page=18§ion=1>

Taxa de inflação dos EUA

Variações do IPC - em %

● Mensal ● Anual



Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics. Elaboração: Valor Data

Juro alto impõe desafio ao agro em 2025

Rafael Walendorff De Brasília

A escalada da Selic vai estender a "ressaca financeira" no campo e retardar o processo de recuperação e capitalização dos produtores, apesar dos sinais positivos para a safra 2024/25. O comportamento do clima, a volatilidade do câmbio e as canetadas do presidente norte-americano, Donald Trump, também são variáveis que podem nublar expectativas mais otimistas para o agronegócio neste ano.

O crédito rural está caro e deve continuar assim por algum tempo enquanto os níveis de endividamento e inadimplência não recuarem no setor produtivo, de acordo com executivos de bancos e analistas ouvidos pela reportagem.

O economista Francisco Faria, analista de commodities, diz que a colheita recorde de grãos e os preços futuros, em números frios, não significam, necessariamente, uma boa condição financeira no campo. Ele vislumbra melhorias no caixa dos produtores, mas sem o quadro de liquidez que havia antes, por influência da alta dos juros.

"É um ano que pode ser positivo em termos de produção e de alguma margem, mas o setor vai encarar situação desconfortável no crédito", aponta. Regiões com possíveis quebras em função do clima, como o Rio Grande do Sul, já "machucado" por outras safras ruins, podem sofrer mais, diz. O cenário não é de tranquilidade, mas também não é generalizado, pondera Faria. Há exceções, caso do café e do boi, que devem aproveitar melhores preços.

Outro fator é que a soja, carro-chefe do agronegócio nacional, perdeu peso na formação do **PIB** com dois anos consecutivos de colheita menor e preços mais baixos, enquanto a pecuária ampliou sua participação. Em 2025, a balança está invertida, com boas perspectivas, por ora, para a colheita da oleaginosa e retração na produção de carne bovina. Essa inversão pode, em alguma proporção, mexer na composição do resultado econômico do setor.

A aposta do mercado financeiro é que a reversão do cenário de alavancagem no agronegócio, ou seja, a capacidade dos agricultores de digerirem investimentos pesados feitos em um passado recente de bonança para financiar a expansão da produção, demandará mais anos de boas colheitas, queda dos juros da economia e retomo das margens de lucro no campo.

"Os produtores terão bom retorno, mas o mais alavancado terá mais dificuldade. A taxa de juros é muito punitiva e absorve parte desse retorno adicional", afirma Roberto França, diretor de Agronegócios do Bradesco. "Para sair de onde estamos, precisamos de tempo. Serão necessárias duas ou três safras como a deste ano", observa Carlos Aguiar, diretor de Agronegócios do Santander.

O passivo, formado na "euforia" de 2022 e agravado pela queda nos preços das commodities e as perdas com a seca no país em 2023 e 2024, gerou aumento da prorrogação de operações bancárias e uma enxurrada de recuperações judiciais no campo. O endividamento rural no sistema financeiro em outubro de 2024 foi de R\$ 744,1 bilhões, cerca de 13,2% do total das operações, segundo o boletim mais recente do Banco Central.

No Banco do Brasil, líder nos financiamentos para o setor, as prorrogações de operações de crédito rural cresceram quase 80% de dezembro de 2023 até setembro de 2024, para R\$ 38,1 bilhões, segundo balanço mais recente. Esses números dão o tom do mercado. Produtores gaúchos, afetados por consecutivas safras com seca e pela enchente de 2024, querem securitização de dívidas de até R\$ 60 bilhões. E, neste ano, as incertezas no campo voltaram em algumas regiões gaúchas, em decorrência da seca e calor que afetam lavouras de soja.

Análises compartilhadas por economistas mostram que as taxas de inadimplência do mercado em geral, não só do agro, acompanham a previsão de juros. Ou seja, quanto maior é o preço do crédito, mais clientes ficam inadimplentes. No crédito rural, os juros livres estavam, em média, em 14,3% em novembro de 2024 no sistema financeiro contra 12,8% no mesmo mês de 2023, mostra o boletim do BC. Somados aos spreads médios dos bancos, algumas linhas já chegam na ponta perto de 19% e 20% ao ano.

O cenário pode piorar com novas altas já contratadas para a Selic. O Itaú BBA projeta o índice em máxima de 15,75% neste ano. As crises nas revendas de insumos, que financiam boa parte da safra, também aumentam riscos e encarecem os financiamentos. Também deve impactar no mercado de capitais, mais exposto nas concessões. A precificação será vista nos juros livres, que são quase dois terços do Plano Safra, e nos títulos.

Os juros altos pressionam os custos dos produtores. Sem recursos próprios por conta de safras frustradas, eles tiveram que recorrer a um capital mais caro. Em Mato Grosso, por exemplo, o caixa pessoal do produtor perdeu espaço no funding da safra 2024/25, de 31,58% para 18,85%, e houve aumento na dependência do sistema financeiro (de 16,72% para 30,50%) e do crédito oficial (4,12% para 8,69%), segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea).

"O choque de juros foi grande em apenas um ano para uma atividade que tem demanda intensiva de capital", diz Gustavo Freitas, di-retor-executivo de Negócios do Si-credi. Mesmo assim, a supersafra de grãos que se avizinha, de 322,3 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), é um sinal de que os financiamentos, mesmo mais caros, continuam a fluir.

A sensação, por ora, é que serão preservadas as perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) da agropecuária, entre 3% e 5,5%, e do Valor Bruto da Produção (VBP), para R\$ 1,4 trilhão em 2025.0 alerta, porém, já foi ligado para os plantios de inverno e para a temporada 2025/26, quando os juros estarão em patamares ainda mais elevados e o custo dos financiamentos será maior.

Outra preocupação é que eventuais medidas do governo Trump podem tornar o câmbio mais volátil, o que pode elevar os custos de produção no campo.

"Há um freio [com juros altos], que afeta a compra de máquinas e equipamentos e o ritmo de investimentos", diz Pedro Fernandes, diretor de Agronegócios do Itaú BBA.

Segundo Fernandes, o ciclo 2025/26 pode ser "mortal" para quem não tinha uma base de capital e terra próprios, com possibilidade de devolução de áreas arrendadas e saída de pessoas da atividade. "A agricultura não quebra, muda de dono. Quebra quem dá passo maior que a perna e não cuida do fluxo de caixa. Produtores capitalizados e com bom fluxo de caixa terão estratégia de crescimento", diz Ivan Wedekin, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e consultor na área.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Ibovespa tem queda firme e taxas longas sobem com CPI

Dados de **inflação** nos EUA acima das estimativas do consenso de mercado pesaram sobre os vértices mais longos da curva futura e limitaram um movimento mais positivo do Ibovespa na sessão de ontem. O recuo em bloco de ações de bancos e a queda dos papéis da Petrobras e da Vale também ajudaram a incrementar as perdas no pregão. O índice fechou em queda firme de 1,69%, aos 124.380 pontos, após duas altas seguidas.

Analistas do Goldman Sachs cortaram a recomendação de compra para venda das ações do Braclesco, o que provocou uma forte desvalorização dos papéis. As PN do banco caíram 4,56%, ao mesmo tempo em que as ON recuaram 3,71%. Já os papéis da Vale caíram 0,67%, enquanto as ações PN da Petrobras tiveram perdas de 1,49%.

A sessão também foi de repercussão do rebalanceamento do MSCI Brazil, que excluiu seis ações da carteira: Hapvida, Cosan, Stone Co, Inter Co, CSN e Hypera. A retirada pode gerar fluxos negativos das ações, especialmente no fim do mês, quando gestores terão que alterar os portfólios para implementar a mudança que passará a vigorar em 3 de março.

Estimativa da XP mostra que a exclusão de empresas listadas na B3 - caso de Hapvida, Cosan, Hypera e CSN - do MSCI Brazil pode provocar um fluxo negativo de US\$ 615,1 milhões, com alterações feitas por ETFs (fundos de índice negociados em bolsa) e fundos atrelados aos índices MSCI Brazil, Latam, Emerging Markets e All Country World.

Com as exclusões, o Bank of America (BofA) calcula que o peso do Brasil no MSCI Emerging Markets deve recuar dos atuais 4,3% para 4,2%. O chefe de economia para Brasil e de estratégia para América Latina do BofA,

David Beker, pontua que a variação é pequena, mas nota que o índice fica mais concentrado.

Beker também destaca que não foi apenas o Brasil que terminou sem novas adições neste mês. "Outros países emergentes tiveram significativamente mais exclusões do que adições, como, por exemplo, China e Coreia do Sul (principalmente), além de Arábia Saudita e Indonésia (em menor escala)."

Números acima do esperado para o CPI nos EUA alimentaram uma subida dos juros futuros locais mais longos na sessão de ontem. Já as taxas curtas recuaram na esteira de dados mais fracos do que o esperado de serviços no Brasil. No fim do pregão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 passou de 14,94% do ajuste anterior para 14,895%; e a do DI para janeiro de 2031 passou de 14,795% para 14,91%.

Segundo a Tenax Capital, a abertura dos dados do CPI foi "muito ruim" e deve trazer novas preocupações ao Federal Reserve (Fed). "Não é o primeiro janeiro com um susto grande, e a trajetória pode mudar, especialmente a partir do segundo trimestre. O dado deve preocupar o Fed e não é compatível com uma inclinação a mais cortes de juros. Há sinais de aceleração nos itens cíclicos [da **inflação**]", aponta a economista-chefe da casa, Débora Nogueira.

Na avaliação da economista, a autoridade monetária dos EUA não deve encontrar espaço para novos cortes em 2025 e a visão permanece inalterada após o dado.

Já o dólar à vista encerrou em queda de 0,08%, a R\$ 5,7625. Luiz Eduardo Portella, gestor da Novus Capital, aponta que o mercado ainda está se ajustando ao tom de Trump e que o desmonte de posições em dólar pode explicar por que a moeda americana continua a enfraquecer globalmente, mesmo com notícias reforçando a resiliência da economia dos EUA.

"Outra coisa que pode ter ajudado é esse ajuste que o BC está fazendo [via leilão de linha] para reduzir o cupom cambial. Isso eleva o diferencial de juros e faz com que o investidor estrangeiro desmonte posições compradas. Antes o 'hedge' aqui era barato e agora não é mais", diz Portella.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188116?page=2§ion=4>

'Risco é ter que subir juro além de 15% por causa do fiscal'

A política monetária brasileira tem todos os elementos para provocar uma desaceleração da atividade e controlar a **inflação**, mas há um desconforto com a reação do governo do lado fiscal, segundo o ex-diretor do Banco Central (BC) Thiago Berriel, estrategista-chefe da BTG Pactual Asset Management.

"A redução da atividade é de-sinflacionária, mas alguns fatores influenciam no 'passthrough' dessa atividade mais fraca para a **inflação**, várias coisas potencializam isso", disse Berriel ao participar de evento do BTG. "Acho que a política monetária restritiva funciona, vai funcionar, mas o 'trade off' é pior quando as expectativas estão desancoradas."

Para ele, o BC deveria estar muito preocupado com essa de-sancoragem, pois há uma série de incertezas no ar com a dinâmica fiscal, o novo ciclo eleitoral e a popularidade do presidente perdendo pontos, de como tudo vai se desenrolar até 2026.

"É uma situação que requer uma política monetária muito contracionista, o risco é o BC precisar ir além dos 15% - não vou dizer para quanto para ninguém ficar nervoso comigo", comentou. "Só que ir além de 15% coloca em risco a dinâmica fiscal, o processo de desaceleração da atividade pode ser mais intenso, com 'corpos boiando' pelo caminho e o BC considerado o culpado." Enquanto houver incertezas em relação à trajetória do endividamento público, o tema da do-minância fiscal - quando a alta de juros perde potência para controlar a **inflação** - vai continuar na mesa, disse Bruno Funchal, ex-secretário do Tesouro Nacional e hoje principal executivo (CEO) da Bradesco Asset Management. "O problema da **inflação** é sério, é difícil jogar tudo nas costas do BC. Se o governo não tiver consciência que parte da tarefa dele é ajudar no processo de colocar os preços no lugar fica muito difícil", afirmou.

Ele citou que os governos, em seus ciclos políticos, costumam ser mais austeros no início e gastam mais no final, perto da eleição, o que não aconteceu neste terceiro mandato de Lula. "O medo está aí, nas expectativas desancoradas." Um componente de incerteza que permanece no radar é a pauta da isenção de Imposto de Renda (IR), que o governo pretendia beneficiar quem ganhasse até

R\$ 5 mil e agora já há proposta do líder do PL,

Sóstenes Cavalcante, de elevar a conta para rendas de até R\$ 10 mil. "Tende a ser inflacionário, à medida que muita gente passaria a ter compensação de IR", disse Funchal.

Com a eleição próxima, Funchal acha que o Planalto vai de fato usar a máquina pública, algo comum entre governos de direita ou de esquerda. "Podem surgir medidas novas, daí esquece a regra fiscal", afirmou. "O cenário de hoje é de muito juro, que vai desacelerar a economia se não aparecer nenhuma ideia nova de gasto."

O executivo da Bradesco Asset considera que o Congresso vai acabar aprovando o aumento da desoneração de IR para a pessoa física, na melhor das hipóteses nos R\$ 5 mil, mas é difícil passar alguma compensação, um aumento da carga tributária às vésperas da eleição. "Só isso já compromete a regra fiscal porque o custo é de R\$ 50 bilhões por ano."

Como essa injeção na economia tem efeito inflacionário, a Se-lic em 15% pode ser insuficiente para conter a escalada de preços na economia, "com o BC tendo que lutar contra essas ações, com a política fiscal com o pé no acelerador e a monetária freando".

Bruno Serra, outro ex-BC, hoje à

frente da família de fundos Janeiro, da Itaú Asset, afirmou que Gabriel Galípolo, que sucedeu Roberto Campos Neto na presidência do BC, deve ter sido uma das vozes a puxar o aperto já para os dois primeiros encontros de política monetária de 2025. "Com a **inflação** rodando perto de 5%, sinalizar 14,25% foi bem corajoso", afirmou. "Eu olho para a economia e juro real a 10%, 9%, meu viés é estar

"[Alta] coloca em risco a dinâmica fiscal, o processo de desaceleração da atividade pode ser mais intenso" Thiago Berriel

preocupado com a atividade. Tem estagnação, para não dizer um ambiente de **PIB** recessivo à frente."

É um ambiente de desinflação que deveria ser esperado, continuou Serra. "Se nós, agentes econômicos, não estivermos esperando isso, a percepção é que tem algo a mais para não deixar a

economia desinflacionar, com mais estímulos fiscais ou algo que estimule a atividade em um momento inapropriado." Ele acha que a isenção de IR para 2026 já está na conta. O time de Serra espera uma Selic entre 14,75% e 15,25% ao ano no encerramento do ciclo de alta de juros. "Com a **inflação** perto de 5% no Focus e o juro real perto de 10% é mais do que suficiente para a política monetária funcionar e levar a **inflação** para baixo se o governo permitir do lado fiscal."

Para André Esteves, chairman e sócio sênior do BTG Pactual, a turbulência nos mercados que levou a uma forte alta do dólar no fim de 2024 "teve um exagero no pessimismo, na dúvida sobre qual é o destino do Brasil".

Segundo ele, o estresse, principalmente ao longo de dezembro, não encontrava fundamento na economia do país, mas foi gerada por um acúmulo de desconfiças na política fiscal brasileira.

Já a recuperação vista neste início de ano, afirmou, não tem "a ver com os méritos do Brasil" e, sim, com um movimento mundial de ajuste, apesar do otimismo com o governo Donald Trump. Esteves deu como exemplo a alta das bolsas européias, da Colômbia, Chile e Brasil.

"O que a gente está vendo agora é uma certa volta daquele excesso de dezembro, e como no Brasil teve também um excesso de pessimismo, a coisa também voltou um pouco. Agora, eu acho que a gente está mais ou menos chegando no final desse movimento aqui."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188116?page=2§ion=4>

Alcolumbre reforça 'pé em duas canoas' no seu retorno

VERA ROSA BRASÍLIA

Há 12 dias no comando do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) já traçou uma estratégia de sobrevivência: trabalhar desde já por sua reeleição à presidência da Casa de Salão Azul, daqui a dois anos. Para conquistar esse objetivo, "Ghost", como é conhecido por colegas, permanece com um pé em cada canoa.

Ao mesmo tempo que afaga o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem viajará hoje para o Amapá, faz acenos aos bolsonaristas.

Mas por que senadores chamam Alcolumbre de "Ghost", se de fantasma ele não tem nada? "É porque, quando menos se espera, Davi aparece e depois some. Está em todos os locais", afirmou o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), que é seu amigo de longa data.

Há quem diga, nos bastidores, que a alcunha vem dos tempos do orçamento secreto, administrado por Alcolumbre desde o governo Jair Bolsonaro (PL), quando ele presidiu o Senado pela primeira vez.

Por enquanto, Alcolumbre dá sinais de que está em lua de mel com o presidente da República.

Anteontem, ele compareceu a um encontro promovido pelo governo com novos prefeitos e prefeitas, em Brasília, fazendo coração com as mãos para a plateia. Sentado ao lado de Lula, parecia aquele amigo de fé, irmão, camarada: cochichou várias vezes no ouvido do petista, fez piada e até lhe deu um tapinha na perna. Os dois não paravam de rir.

"Vamos deixar as divergências de lado", anunciou Alcolumbre ao fim do encontro.

"Estamos abertos ao diálogo e ao entendimento com o governo.

Quero me colocar como esse interlocutor", prosseguiu ele, ao pregar que intervenções ideológicas ficassem fora daquelas reuniões. À noite, Alcolumbre promoveu um encontro de senadores com o decano do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, a fim de discutir o impasse do marco temporal para demarcação das terras indígenas.

EMENDAS. Não é de hoje, no entanto, que o novo comandante do Senado tem avisado ao STF e ao Planalto que o Congresso não abrirá mão do controle das emendas parlamentares. E, nesse jogo, está em sintonia com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB). "Todo mundo sabe que ele (Alcolumbre) opera atendendo os senadores. É o estilo dele, que, querendo ou não, cativa", disse o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PTBA), ao Estadão/Broadcast.

O problema é que, com o Centrão dando as cartas, a queda de braço ameaça provocar mais uma crise entre Congresso, STF e Planalto. Não foi à toa que a PEC do Semipresidencialismo, feita sob medida para alargar os poderes do Congresso, acabou ressuscitada como instrumento de pressão.

Chegaram à Câmara e ao Senado, ainda, informações de que uma nova leva de diligências da Polícia Federal sobre desvios de recursos das emendas parlamentares atingirá mais congressistas.

Enquanto isso, nada anda no Congresso, que ainda precisa votar a lei orçamentária de 2025 e parece estar à espera da **reforma ministerial**. Alcolumbre, por sinal, foi o avalista das indicações do União Brasil para os ministérios de Comunicações, Integração e Turismo na primeira metade do governo.

Apesar do momento "paz e amor" com Lula, o presidente do Senado está numa encruzilhada política. Não sem motivo: precisará do apoio de aliados de Bolsonaro para ser reconduzido ao comando da Casa, em fevereiro de 2027. A interlocutores, Alcolumbre observou que, com a renovação de 54 dos 81 senadores nas eleições de 2026, bolsonaristas têm chance de ganhar mais cadeiras e obter maioria. Se esse cenário se confirmar, como ele prevê, o pragmatismo falará mais alto e mais acenos à direita serão feitos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma é o desempate entre Rui Costa e Haddad - MARIA CRISTINA FERNANDES

MARIA CRISTINA FERNANDES

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras

E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

A crença de que o ano só começa depois do carnaval ganhou ainda mais adeptos com a previsão de que o Orçamento será votado em março. Mas não é preciso esperar esta aprovação, inequívoca visto que o Congresso hoje é seu sócio quase majoritário. Tampouco é preciso aguardar a **reforma ministerial** ou a equação para as emendas para se concluir que o ano começou antes mesmo da troca de calendário.

Seu ponto de partida foi dado por um graúdo integrante deste governo egresso da finada frente ampla que o elegeu: "Temos nos ocupado muito com a renda e o emprego mas, no fundo, as pessoas só se preocupam com a **inflação**". Esses dois polos estão representados pelos ministros da Casa Civil e da Fazenda. O peso de cada um deles sobre o presidente da República define rumos mais do que toda a Esplanada.

Ninguém tem dúvida de que o ano, que já começou sob o signo da decisão de Lula de não avalizar o ajuste pretendido pela Fazenda, manteve, com a trapalhada do Pix, Fernando Haddad no escanteio. O ministro é um dos poucos no entorno do chefe capaz de lhe dizer: "O senhor pensa A e eu penso B. Vou fazer A mas vou lhe dizer o que vai acontecer". Ter razão nem sempre é o melhor caminho pra vencer a parada. Só que, desta vez, aconteceu. Repara onde vai parar o juro.

No outro polo está o ministro que mais emplaca teses. A de que o governo é bom mas se comunica mal lastreou a troca na Secom, mas foi má conselheira de Rui Costa na troca da laranja pelo limão. A de que o governo é ruim porque os ministros são desorganizados e não reconhecem a autoridade da Casa Civil favorece a si e aos seus, como o ministro das Minas e Energia. A de que Haddad é Joaquim Levy II e o governo vai perder sua base social abre portas para Gleisi Hoffmann na Secretaria-Geral da

Presidência.

Se Haddad recobrou fôlego é porque ficou claro o efeito corrosivo da **inflação** sobre a popularidade do presidente. Ainda não se sabe, porém, se terá força para operar mudanças adicionais. Em vez de contingenciar o Orçamento no fim do ano, como em 2024, fazê-lo no início para ir soltando à medida das contingências políticas e fiscais. A ideia tem sido tratada com discricção porque, espriada no Congresso, pode tumultuar o Orçamento.

Se a indisposição do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a conter gastos é notória, aquela do novo presidente da Câmara pode ser averiguada pelo projeto que, segundo Marcelo Ribeiro, do Valor, Hugo Motta (Republicanos-PB) pretende levar à votação. A pretexto de cumprir decisão do STF que manda ajustar as bancadas ao Censo 2022, tirando de uns Estados e aumentando a de outros, Motta pretende acrescentar 14 cadeiras à Casa. O projeto é da deputada Dani Cunha (União-RJ), filha do seu mentor.

Este é apenas um aperitivo da disposição com a qual os parlamentares se preparam para a votação do Orçamento. Como represaram a definição das comissões para março, vai tudo junto e misturado. A alocação de recursos será uma venda casada com a escolha das comissões que concorre, em grau de importância, com a disputa pela Esplanada.

Basta lembrar as trocas das ex-ministras Ana Moser (Esportes) e Daniela Carneiro (Turismo) e a resistência à saída de Juscelino Filho (Comunicações), indiciado pela PF, para concluir que a ampuheta da **reforma ministerial** não se move por cálculos políticos sofisticados. Acontecerá quando der na telha do presidente.

Tampouco faz sentido imaginar que a reforma possa amarrar os partidos que seguirão com o Palácio do Planalto em 2026. Quem assistiu ao impeachment de Dilma Rousseff conhece os personagens que faziam juras de fidelidade à ex-presidente no almoço e se acertavam com Michel **Temer** no jantar. São os mesmos que aí estão. De tão à vontade, os caciques

partidários nem mesmo se dão ao trabalho de prometer fidelidade ao governo.

A única reforma que hoje deveria importar é a do ajuste necessário para conter a **inflação**. E não é Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) ou Carlos Fávaro (Agricultura) que vão resolvê-la, como disse o presidente, mas um Haddad longe da sombra de Rui Costa. Até para facilitar a vida do novo ministro (Secom) baiano.

O cinturão de proteção ao ministro da Fazenda tem contado com Renan Filho (Transportes) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos). Por convicção e para se contrapor aos algozes do ministro no PP, no PSD e no União, fizeram do mantia de Renan Filho ("Governo que cumpre meta de **inflação** não precisa explicá-la") antídoto contra as ofensivas.

Os problemas não se restringem a um Congresso perdulário. Se o programa de empréstimo consignado no setor privado, costurado pela Febraban, colabora com a economia geral da nação, por permitir a troca de dívidas caras por uma mais barata, o choque de crédito dos bancos públicos vai na direção contrária.

Até a reação desenfreada a Donald Trump pode colaborar para desandar a pauta. Uma taxaço generalizada sobre as exportações brasileiras é uma catástrofe, mas é na costura miúda com os demais prejudicados que se vai resolver. Retaliar com uma taxaço amplificada de serviços digitais, usados pela maioria dos brasileiros, é adubar a **inflação**. E não apenas. É também enfrentar uma retaliação política da Casa Branca que pode acabar devolvendo fôlego ao viralatismo bolsonarista.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188116?page=18§ion=1>

Foi dada a partida para a reforma ministerial: a reunião de Lula com Alcolumbre e Motta

Lula recebeu ontem à noite Davi Alcolumbre e Hugo Motta para uma longa conversa na Granja do Torto. Foi uma reunião dividida em duas partes distintas.

Na primeira etapa, participaram também Rui Costa e Fernando Haddad. O papo girou sobre o impasse das emendas parlamentares e sobre as pautas de interesse do governo que serão votadas nos próximos meses.

Depois, veio o segundo tempo, com apenas três pessoas na sala: os presidentes da República, do Senado e da Câmara. E a discussão passou a ser a **reforma ministerial**. O que indica que agora a troca de ministros começa a ganhar tração de fato com Lula conversando diretamente com interlocutores poderosos. Até agora essa conversa fundamental não havia ainda acontecido.

Há uma expectativa entre assessores diretos de Lula que alguma mexida possa ser anunciada antes do carnaval.

E hoje está prevista uma nova conversa entre Alcolumbre e o presidente. O senador vai pegar uma carona com Lula no Aerolula que decola de Brasília para Macapá às 8h.

Lula vai ao Amapá e nada mais natural do que levar um senador do estado (e presidente do Congresso) no avião presidencial. A expectativa do entorno de ambos, contudo, terão ainda mais tempo para conversar sobre a **reforma ministerial**.

Conversas entre os dois serão sempre obrigatórias sobre a reforma. Mais ainda depois de Lula, na semana passada, ter garantido que Alexandre da Silveira fica no Ministério de Minas e Energia, pasta sobre a qual Alcolumbre lançava um escancarado olho gordo.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/02/foi-dada-a-partida-para-a-reforma-ministerial-a-reuniao-de-lula-com-alcolumbre-e-motta.ghtml>

Padilha é cobrado por parlamentares pela crise das emendas, mas silencia

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, foi cobrado a se empenhar por uma solução para a crise das emendas durante uma reunião com líderes partidários da Câmara. Segundo relatos dos presentes, o deputado Damião Feliciano (União-PB), que coordena a bancada negra da Casa, foi o responsável por vocalizar a demanda.

Damião, que também é um dos vice-líderes do governo na Câmara, pediu mais empenho do Palácio do Planalto para solucionar o problema. Deputados dizem que Padilha não respondeu e silenciou sobre o assunto.

Uma ala do Parlamento vê as digitais do Palácio do Planalto nas decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino bloqueando emendas. O magistrado impediu no fim de 2024 repasses de um lote de R\$ 4,2 bilhões com origem na Câmara dos Deputados e outro de R\$ 2,5 bilhões do Senado. Os recursos que não chegaram a ser empenhados, ou seja, reservados para o gasto, ficaram, portanto, no caixa do Tesouro, que luta para equilibrar as contas.

A reunião foi convocada por Padilha para alinhar uma lista de prioridades do governo na Câmara. Entre as demandas estão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reforça o papel da União na segurança pública e isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, duas iniciativas que ainda não foram enviadas pelo governo ao Congresso. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, também participou.

Líderes presentes no encontro também disseram que o clima da reunião foi morno, sem maiores expectativas por parte dos presentes. Os líderes do PSD, Antonio Brito, e do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), não discursaram durante o encontro.

Também foi citado o fato de alguns líderes terem saído da reunião antes de ela terminar, incluindo Brito, o líder do PDT, Mario Heringer (MG), e o do PT, Lindbergh Farias (RJ).

O assunto da **reforma ministerial** chegou a ser tocado por Padilha, que disse que o governo começa agora o segundo tempo e que poderia haver

alterações no time. O ministro também disse que presidentes de partidos e líderes vão ser chamados para outras reuniões para definir negociações para a reforma.

Ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tenha tomado nenhuma decisão sobre mudanças em ministérios, há sinalizações de alterações em pastas comandadas pelo PT, PSD, União Brasil e PP.

Presente no encontro, o líder do MDB é um dos citados como um nome que agradaria a Câmara caso substituísse Padilha na SRI. O próprio ministro fez um aceno ao emedebista na reunião e disse que ele e Brito são "líderes dos líderes".

A avaliação do gesto de Padilha, no entanto, foi motivo de divergência entre os presentes. Uma parte não acredita que Lula vai querer mudar a SRI e a outra ainda vê chance de mudança no ministério.

Além disso, houve uma cobrança, feita pelo líder do Solidariedade, Áureo Ribeiro (RJ), para que o governo dê mais atenção a projetos envolvendo segurança pública. O pedido foi endossado pelo líder do União Brasil na Câmara, Pedro Lucas Fernandes (MA).

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/13/padilha-e-cobrado-por-parlamentares-pela-crise-das-emendas-mas-silencia.ghtml>

Com poder esvaziado, Padilha não negocia reforma e ouve indiretas, enquanto Lula recorre a Motta e Alcolumbre

Jeniffer Gularte

Responsável pela articulação política do governo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, enfrenta obstáculos para conduzir as conversas da **reforma ministerial** por ter o próprio cargo sob risco. Um dos cenários avaliados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva inclui a troca do comando da Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

Ainda que o presidente não dê sinais efetivos de que mudará o comando da pasta, líderes do Congresso já veem Padilha fragilizado para falar em nome do presidente sobre alterações no primeiro escalão do governo.

Ao mesmo tempo, Lula tem indicado que vai ouvir o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), antes de referendar mudanças, numa sinalização de deferência aos novos comandantes das Casas. A intenção é buscar a governabilidade para a segunda metade do mandato.

Aliados de Hugo Motta afirmam que os líderes se movimentaram para designá-lo para cuidar do tema diretamente com Lula, por não quererem negociar com Padilha frente a uma relação desgastada. Já no Senado, independente da condição de força do ministro da SRI, interlocutores de Alcolumbre afirmam que o novo presidente seria, de qualquer forma, peça importante nas conversas sobre trocas de ministério.

- Davi chega à presidência bem empoderado, por um apoio multilateral, do governo e da oposição, e é um nome que tem toda força de dialogar representando o Senado. Antes de ser presidente, Davi já era fiel da balança, dentro do governo, para votações em que muitas vezes foi atuação dele que garantiu o quórum favorável. Como presidente da Casa, isso só aumenta - afirma o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (União-PB).

Na visão de parte dos líderes, Padilha está com café frio para capitanear articulações. Para os parlamentares, há uma reforma na cabeça de Padilha

e outra na mente de Lula.

Deputados também citam que, embora tenha menos contato com as Casas, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tem tido termômetro melhor sobre a direção das mudanças. Veio de Rui, por exemplo, a indicação de que Alexandre Silveira e Carlos Fávaro, ambos ministros do PSD, não seriam deslocados dos seus cargos apesar das pressões do Congresso.

Aliados do ministro admitem que o próprio Padilha já ouviu de líderes que a tarefa para conduzir a **reforma ministerial** deve ser tocada pelo novo ocupante da SRI.

Quando tocam no assunto com o ministro, os parlamentares citam os rumores de que Padilha deve ir para o Ministério da Saúde. Médico, o ministro ocupou o cargo no governo Dilma Rousseff entre 2011 e 2014. Enquanto fritam o ministro no atual cargo, parlamentares também tentam costurar boa relação com Padilha para a hipótese de ele ocupar a cadeira de Nísia Trindade.

O ministro também enfrenta resistência dentro do PT. Petistas da alta cúpula da legenda afirmam que a permanência de Padilha está insustentável. A ala da legenda contrária à atuação do ministro diz que o relacionamento de Padilha com líderes do Centrão está desgastada e que os principais acordos construídos no Congresso devem ser creditados aos líderes da Câmara, José Guimarães, do Senado, Jaques Wagner, e ao empenho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na quarta-feira, Padilha visitou a Câmara para uma reunião com Hugo Motta (Republicanos-PB) e tomou um chá de cadeira do deputado, esperando por cerca de 40 minutos.

Interlocutores do ministro afirmam que não há qualquer mal-estar entre Padilha e Motta, que já o chamou de amigo e com quem o ministro conversa ao telefone várias vezes ao dia.

Petistas afirmam que Padilha faz reuniões para tentar se cacifar com as lideranças nas Casas enquanto está

numa posição vulnerável. Na quarta, o ministro chamou lideranças da Câmara dos Deputados para apresentar a agenda de prioridades do governo no Congresso para 2025.

Padilha apresentou seis eixos principais: agenda econômica; estímulo ao empreendedorismo; educação; mudanças climáticas; proteção no ambiente digital e justiça social e defesa da democracia. Depois da reunião, Padilha ligou para Motta relatando como foi o encontro.

Líderes se queixaram que os tópicos não incluíam duas das principais preocupações da população, que é a **inflação** de alimentos e a segurança pública. Líder do Solidariedade, Aureo Ribeiro (RJ), cobrou que o governo tenha um eixo específico voltado para segurança pública:

- A reclamação que fiz é que não é possível que a pauta de prioridade do ano não tenha prioridade na segurança pública. O governo está desconectado do que está acontecendo no país. São áreas dominadas pelo tráfico, pessoas com medo de andar na rua, roubo desenfreado de carro, de celular, criança atingida por bala perdida. E nenhuma das prioridades da pauta falam disso. A PEC da segurança está mal colocada, não atende necessidade do povo, o governo parece que não enxerga vida como ela é - afirma Ribeiro.

Como resposta, a SRI anunciou que será realizada uma reunião do líder do Solidariedade e outros parlamentares que atuam da segurança com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para debater outras iniciativas em tramitação no Congresso sobre o tema. Aliados do ministro afirmam que a reunião da quarta-feira foi ocorreu no mesmo formato no início de 2024.

Durante a reunião no Palácio do Planalto, deputados relataram que Padilha se referia ao líder do MDB, Isnaldo Bulhões (MDB), um dos nomes defendidos pela Câmara para assumir seu cargo, de "o líder dos líderes". Na visão dos parlamentares, o ministro "passou recibo" de que está incomodado com as especulações de que pode ser substituído por Bulhões.

- Fico feliz de ser lembrado, pela simpatia dos meus pares, mas não tive convite e nem sondagem. O interlocutor do presidente quem diz quem é, é o presidente. Estamos tranquilos, o MDB tem sua participação no governo e não tem expectativa e nenhuma ansiedade em ser chamado - afirma Bulhões.

Na mesma reunião, três líderes brincaram com a

possibilidade de Lula deixar a SRI e assumir o Ministério da Saúde, com tom de que "quando estiver na saúde" o Centrão terá um aliado em uma das pastas mais cobiçadas da Esplanada.

Sob reserva, líderes afirmam que, sem mexer em Padilha, Lula não conseguirá melhorar a relação com Congresso. As reclamações se concentram especialmente na trava do pagamento de emendas.

Líder da bancada negra na Câmara, deputado Damião Feliciano (União Brasil-PB), cobrou Padilha para uma solução para os pagamentos e citou a atual situação constrange a relação entre parlamentares, que anunciam obras, e prefeitos, que aguardam os recursos chegar para executá-las. O desgaste do ministro acabou ampliado em meio às tensões com o Congresso geradas as decisões de Flavio Dino do Supremo Tribunal Federal que bloqueiam o pagamento de emendas.

Em paralelo, legendas que são mais fiéis ao governo em votações do que outras siglas com ministérios na Esplanada, cobram tratamento diferenciado do ministro:

- O governo precisa definir quem estar no governo e quem é governo. Tem partido que estão no governo para dar governabilidade, ajudar a aprovar pautas do dia a dia, mas não estão participando da luta e da defesa do governo - afirma o líder do PDT, Mario Heringer (PDT-MG). (Colaborou Victoria Abel)

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/13/com-poder-esvaziado-padilha-nao-negocia-reforma-e-ouve-indiretas-enquanto-lula-recorre-a-motta-e-alcolumbre.ghtml>